

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2020

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020      ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.  
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta  
On prie l'échange  
Exchange wanted  
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**ANTAS E SEUS CONGÉNERES: ALGUMAS REFLEXÕES  
EM TORNO DO MEGALITISMO A PARTIR DA ABA SUL DA SERRA D'OSSA**

***PASSAGE GRAVES AND RELATED MONUMENTS: SOME THOUGHTS  
ON MEGALITHISM FROM THE SOUTH SLOPE OF SERRA D'OSSA  
(SOUTH PORTUGAL)***

Rui Mataloto\*

“A maior parte dos escriptores só escrevem nos seus gabinetes, copiando uns dos outros, sem visitarem os monumentos pelos montes e bosques, estudando-os e examinando-os nas localidades”. Padre J. J. R. Espanca (1894), in *As Antas e seus congéneres*.

**Abstract**

The emergence and development of funerary Megalithism must have occurred during the second quarter of the 4th millennium BC, most likely within a framework of some structural and volumetric diversity, certainly far from the linear process of architectural development that has been proposed since Manuel Heleno. Indeed, this will have been a truly crucial moment in the process of neolithization, with the foundation of new landscapes and the strengthening of the process of territorialization, which will determine, as it happened again in the Middle Ages, the reappropriation of any sign of ancestry, as is patent in the passage graves overlays to significant old spaces, sometimes with burial areas.

*Keywords:* Megalithism; Landscape; Passage Graves; Mounds; Identity

**1 – LANDMARKS: AS ANTAS E A PERCEPÇÃO MEDIÉVICA DA PAISAGEM**

A segunda metade do século XIII marca, no Alentejo, a consolidação da conquista cristã e uma efectiva apropriação do território, que se irá fazer através da outorga de terras e cartas de Foral, principalmente por D. Afonso III, mas também por D. Dinis, prolongando-se já pela centúria seguinte. Será essencialmente no reinado de ambos que se traçará, em boa medida, a malha humana no território alentejano, em particular da raia centro oriental do Alentejo, na qual se enquadra a área que nos serve de base de reflexão.

---

\* Município de Redondo. [rmataloto@gmail.com](mailto:rmataloto@gmail.com)

Este sentido de apropriação irá marcar-se no território através do estabelecimento das linhas de delimitação concelhias, que se mantiveram em grande medida até aos nossos dias com pequenos ajustes. Este facto evidencia um conhecimento directo do território, que foi efectivamente percorrido, e que se encontrava já, em boa medida, marcado pela toponímia, num acto de evidente percepção, apropriação e gestação da Paisagem. O território terá sido justamente apropriado e integrado numa paisagem que se assumiu, desde logo, como ancestral, como fica patente na integração de diversas antas, penedos e cabeços como marcas delimitadoras. Este processo é conhecido desde antes da fundação da nacionalidade portuguesa, encontrando-se bem estudado na Galiza, onde a análise aprofundada de muita da documentação medieval permitiu verificar um uso reiterado de sepulcros pré-históricos como delimitadores de propriedades, mas igualmente de freguesias, ao ponto de se ter desenvolvido a designação de *megálicos de término* (Martínon-Torres, 2001).

Um dos exemplos mais interessantes para o território alentejano é o foral de Monsaraz<sup>1</sup>, na delimitação do qual, em 1276, além de se mencionarem diversas penedias, ribeiras e cabeços, alguns dos quais mantêm o mesmo topónimo, como Travessa, *Çiada* (Asseada) ou Redondo, é particularmente interessante a passagem na qual uma anta é apropriada como marco delimitador: “*at(ra)vessa esta carreira e a sobred(i)ta moita e vai a umas antas de uma arca do tempo antigo a esta arca esta poram marco*”. Também da mesma época surge a menção a uma anta na definição do termo de Montemor-o-Novo (OLIVEIRA, 2001, p. 41), deixando entender, como em outro local se apontou (GONÇALVES, 1992, p. 169), que estas foram com frequência utilizadas como marcas delimitadoras pelo seu sentido de perenidade e visibilidade.

Pouco mais tarde, já durante o reinado de D. Dinis, a desafecção de parte do território do concelho de Evoramonte para a criação do concelho de Redondo, em 1318, leva a nova menção a uma anta, uma vez mais utilizada como suporte de marca delimitadora: “*aãta do [...] aalto da mamoad hu fezerõ hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta ãta descontra o Redondo ...*” (v. Fig. 5). Tal como se propôs para o caso de Monsaraz com a possibilidade da mesma ser a Anta do Viseu (Gonçalves, 1999, p. 9), também no Redondo procurámos identificar qual seria, ainda que as alterações sofridas no limite concelhio a Poente, através da integração da freguesia do Freixo pelo desmembramento do concelho de Evoramonte, 1832, na sequência da guerra civil, não facilitasse. Todavia, a identificação de uma pedra com covinhas com cruciformes no alto do Paço durante os trabalhos da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 70 – 450-B.3) serviu como indício da proximidade da mesma. Esta pedra surge na proximidade da Anta do Paço, a qual julgámos inicialmente poder corresponder à mencionada no foral (MATALOTO, 2019, p. 32), dado o seu destaque na paisagem. Todavia, trabalhos de campo posteriores vieram a permitir verificar que a anta mencionada deve corresponder ao sepulcro inédito da Anta 7 do Colmeeiro, na qual, justamente no esteio de cabeceira, o mesmo “*descontra o Redondo*”, se documentou a presença de um cruciforme, coincidindo então com o citado sepulcro (Fig. 1). Nesta mesma percepção mediévia do território, e de construção de Paisagem, importa realçar o facto de dois outros penedos com covinhas, na Herdade da Maroteira e na Herdade do Paço (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 44 e 74), aparentemente de cronologia pré-histórica, haverem sido utilizados para traçar e marcar os limites concelhios. Uma vez mais a percepção do território e a construção de uma Paisagem através dos elementos físicos particulares, neste caso afloramentos rochosos nem sempre destacados, foi coincidente entre a Pré-História e a Idade Média, deixando entrever processos fenomenológicos de entendimento e leitura do território semelhantes. Temos alguma dificuldade em assumir uma noção de *continuidade* entre duas comunidades tão distantes e diferenciadas no Tempo, dificuldade assu-

---

<sup>1</sup> Foral de Monsaraz acessível em <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4694053>; com transcrição disponível em [http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/Documents/equipamentos/arquivo-municipal/forais-monsaraz/1276\\_carta-foro-monsaraz.pdf](http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/Documents/equipamentos/arquivo-municipal/forais-monsaraz/1276_carta-foro-monsaraz.pdf)

mida igualmente por outros que verificaram fenómenos semelhantes (MARTIÑON-TORRES, 2001, p. 101). Todavia, e como sublinha este último autor, e de alguma forma foi já apontado por nós (MATALOTO, 2007), a manutenção de um modo de vida camponês, onde o ciclo da vida é marcado pelo ciclo das culturas e do clima, a percepção da território, o que na Arqueologia da Paisagem se pode designar de *Fenossistema* (BEGUIRISTÁIN & VÉLAZ, 1999, p. 321), e que nós designámos de Meio Físico (MATALOTO, 2007), encontra certamente pontos de convergência, especialmente porque este dita os modos de uso em sociedades com escassa capacidade de transformação do meio.

A Anta 7 do Colmeeiro implanta-se justamente numa linha de cumeada que claramente marca a paisagem, limitando a visibilidade para Poente a partir do Redondo, criando uma barreira visual (v. Fig. 3). Este aspecto creio haver sido de fulcral relevância em ambos momentos, demonstrando uma forma semelhante de percepção do território em dois períodos, de certa forma, fundadores de Paisagem. Na realidade, a primeira centúria após



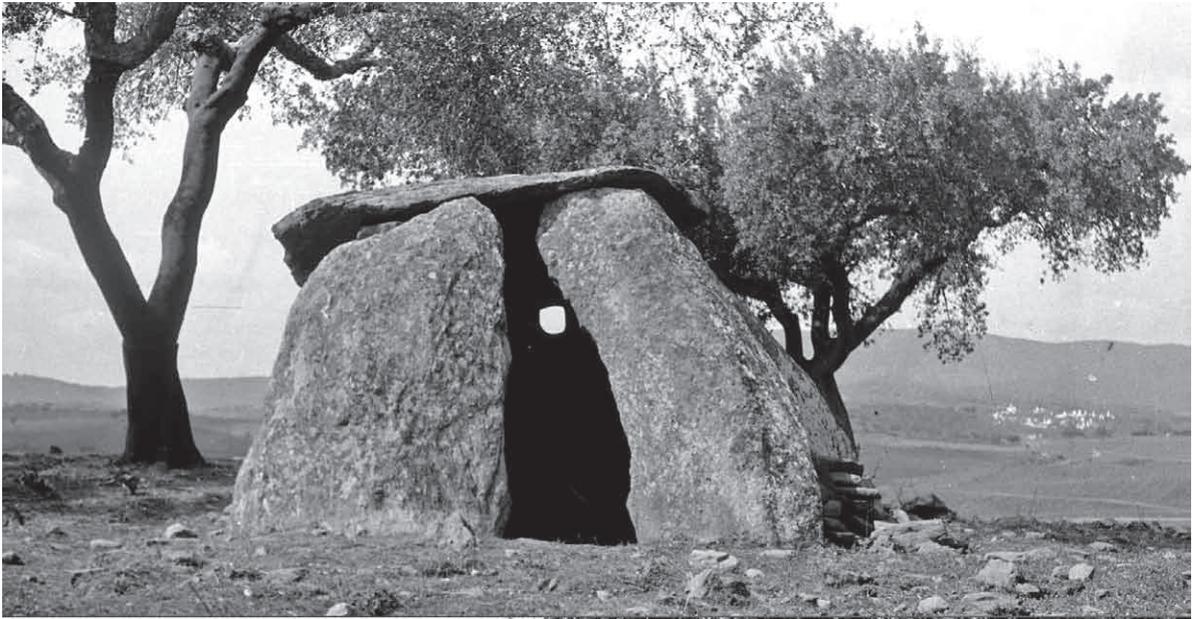
**Fig. 1** – Anta 7 do Colmeeiro (Redondo), provavelmente o sepulcro mencionado no Foral dionisino do concelho de Redondo; em baixo, cruciforme gravado no topo do esteio de cabeceira.

a conquista cristã da região é fundamental para a criação da paisagem mediéfica, não apenas com a demarcação concelhia, mas igualmente através do desbravamento dos matagais e da sua transformação, desde cedo, em “terras de pão” e vinho. Não por acaso é este o momento de criação de muita da toponímia ainda hoje existente, símbolo evidente da construção de uma nova Paisagem. Durante o século XIV importa igualmente assinalar o início da ocupação dos ermos da Serra d’Ossa por uma comunidade eremítica, o que nos revela, por um lado, o cariz liminar desta, mas igualmente o seu papel de território de ligação e atravessamento, dada a propensão que estas comunidades tinham para se instalar em zonas de passagem (FONTES, 2012). Cremos que terá sido justamente esta a origem da ocupação da Anta da Candeeira em época medieval (v. Fig. 2), atestada na intervenção aí levada a efeito (BOAVENTURA & MATALOTO, 2015), o que o reuso de um fragmento de uma placa de xisto como suporte de uma cruz de seis pontas parece reforçar. Ora, esta anta encontra-se justamente num dos acessos a duas das mais importantes portelas da Serra, São Gens e Meio Mundo, uma vez mais assinalando a entrada num espaço liminar (Fig. 3).

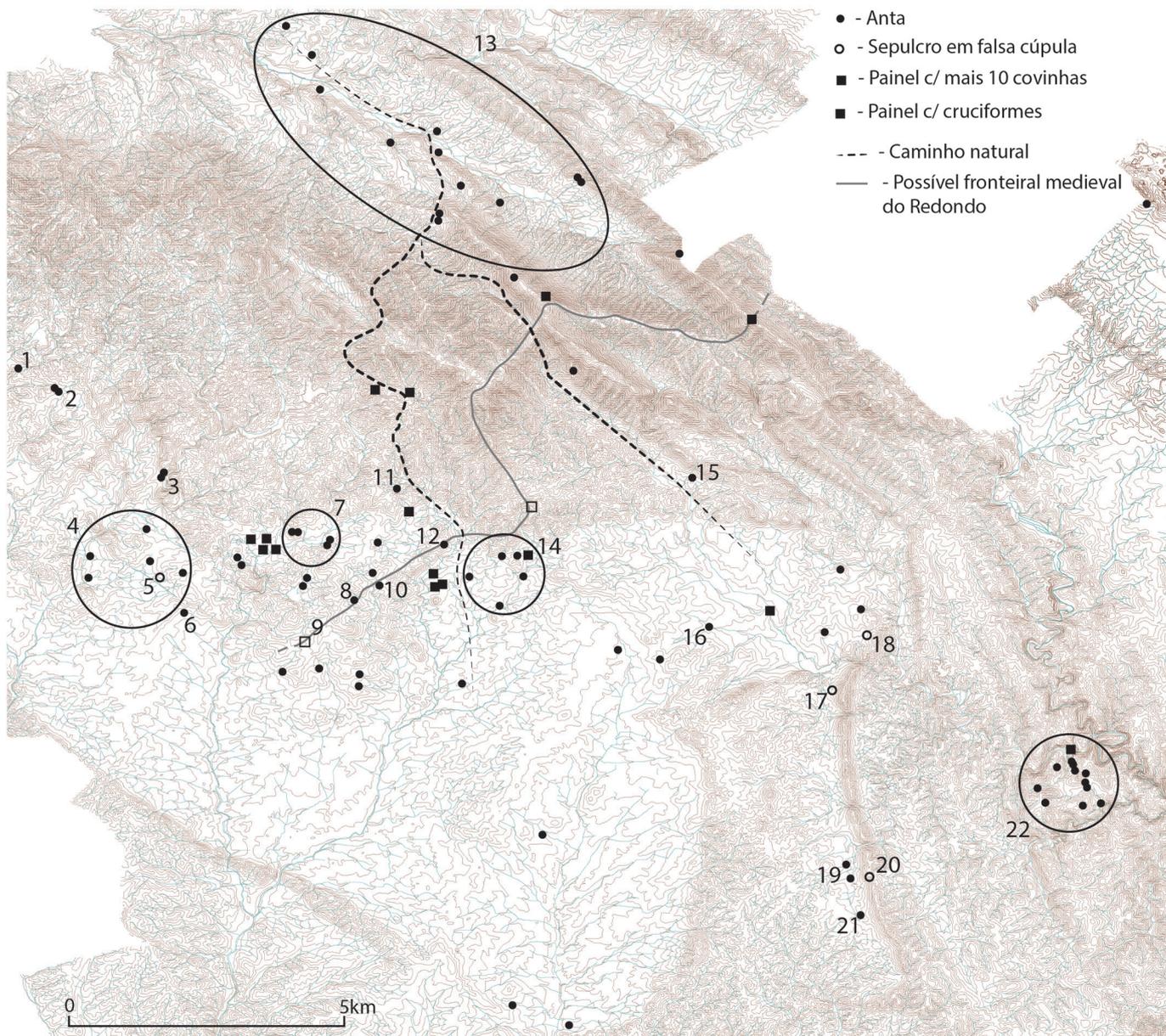
Efectivamente, tanto quanto nos é possível verificar actualmente, existe uma especial concentração das antas das abas da serra d’Ossa nas áreas de afunilamento de passagem e acesso a importantes portelas da serra, demarcando, de certa forma, como o fizeram em época medieval, quer a entrada, ou saída, de um espaço liminar, de fronteira, como se a marca simbólica dos antepassados delimitasse os espaços dos grupos (Fig. 3). Por outro lado, a sua concentração em áreas de passagem pode associar-se, como aconteceu ao longo de muitos séculos, à possibilidade de reconhecimento e veneração por parte dos viandantes dos antepassados, como sabemos acontecer na Idade do Ferro ou em época romana, com a instalação dos espaços sepulcrais ao longo dos caminhos.

Estas perspectivas vêm reforçar, em nosso entender, a noção dos sepulcros, em diversos momentos históricos, não apenas como *landmarks*, isto é balizadores de territórios, mas igualmente como *timemarks*, ou marcos de ancestralidade também em época medieval, como fica patente no foral de Monsaraz (Fig. 4). Esta alteração de perspectiva, de certa forma dicotómica, de há muito que se desenvolveu na historiografia europeia (BEGUIRISTÁIN & VÉLAZ, 1999, p. 324), no entanto, cremos que de modo algum podemos assumir a sua dualidade, mas antes complementaridade, aliás na esteira de outros autores (MARTIÑON-TORRES, 2001, p. 97). As antas seriam, então, não apenas marcadores de um espaço indicando zonas de transição e passagem, mas igualmente balizadores de uma espessura de tempo que reforçaria a sinalização dessa zona de transição. Talvez seja igualmente este o factor que impele os redactores da carta de foral de Monsaraz não apenas a utilizar a anta como marcador do limite concelhio, mas igualmente a enunciar ser “*arca de tempo antigo*”, como que num acto legitimador da sua utilização (Fig. 4).

No entanto, estamos conscientes das dificuldades, ou pelo menos limitações destas leituras, justamente por serem estes espaços liminares, usualmente de menor qualidade agrícola e logo menos trabalhados ao longo dos milénios, o que auxiliaria na preservação dos sepulcros, ao invés dos campos abertos mais agricultados onde estes seriam mais facilmente desmantelados. Todavia, importa realçar que as antas aqui em causa, quer na aba Sul quer na Norte, se concentram nas áreas imediatas às zonas de transição, marginando vias naturais de passagem. Este facto fica bem patente no conjunto de sepulcros da Herdade das Casas, Pinheiro e alguns do Colmeeiro (Fig. 3). Assim, enquanto a necrópole das antas das Casas, com 5 sepulcros, se concentra no limite da planície, antecedendo as primeiras elevações do patamar que margina a serra, sobre estas, sobranceiros ao plano, implantam-se sepulcros de médio porte como a Anta do Pinheiro, a anta da Godinha de Cima e a Anta 7 do Colmeeiro, justamente a utilizada para marcar o limite do concelho na Idade Média (Fig. 3). O caminho natural que margina estas elevações vê a sua paisagem ficar cada vez mais confinada, marcando com clareza a passagem para a portela das Cortes. Assume particular relevância, como assinalámos já em outra



**Fig. 2** – Anta da Candeeira (Redondo, 1945) seg. G. e V. Leisner (IAA1525); em baixo, foto actual por forma a realçar a diferença na densidade de vegetação.



**Fig. 3** – Antas e covinhas da região da Serra d'Ossa (Concelhos de Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa); numerados os sepulcros ou grupos de sepulcros mencionados no texto: 1- Anta da Barroca; 2 – Antas 1 e 2 das Chãs; 3 – Antas 1 e 2 das Martes; 4 – Antas da Quinta do Freixo; 5 – Anta 4 da Quinta do Freixo; 6 – Anta Vidigueira; 7 – Antas do Colmeeiro; 8 – Anta 7 do Colmeeiro; 9 – Pedra com covinhas e cruciformes do Paço; 10 – Anta da Godinha de Cima; 11 – Anta dos Godinhos; 12 – Anta do Pinheiro; 13 – “Antas das Herdades da Casa de Bragança” na região do Canal, na aba Norte da Serra d'Ossa; 14 – Antas e pedra com covinhas da Herdade das Casas; 15 – Anta da Candeeira; 16 – Valdanta; 17 – Tholos do Caladinho; 18 – Anta das Fontanas; 19 – Antas 1 e 2 da Orvalha; 20 – Tholos dos Ambrósios; 21 – Anta da Vinha; 22 – Antas do Lucas.

ocasião (MATALOTO *et al.*, 2015a), o facto do pequeno sepulcro dos Godinhos se encontrar sobranceiro a este mesmo caminho, sendo justamente o último antes da portela, ou o primeiro que antecede a planície, consoante o sentido. A presença deste pequeno sepulcro, aparentemente de cronologia antiga no contexto local, justamente no limite do espaço liminar parece inaugurar a construção de uma Paisagem megalítica ancestral, que acompanha os caminhos naturais de atravessamento das serranias, também marcados pela presença de importantes penedos com covinhas, como os do Pinheiro, Pero Crespo ou Barroqueiras, nos quais o sentido megalítico se exacerba, numa paisagem que ao sair dos granitos vai perdendo essas referências (v. Fig. 3). Uma vez mais, é na margem do patamar, que marca uma convulsão na paisagem aplanada, e que cria limites visuais que irão ser também utilizados como fronteira natural para demarcar a paisagem medieval, que encontramos mais de uma dezena de painéis com um número variável de covinhas, como que demarcando esse espaço liminar em que se iria entrar.

É conveniente, no entanto, sublinhar que esta paisagem pré-histórica terá resultado de um processo de acumulação de elementos significantes ao longo de um espaço de tempo muito provavelmente dilatado, estruturada em torno de um fio condutor destas comunidades como terão sido os caminhos de transitabilidade natural. Igual processo deverá ter sucedido em outras áreas das abas da serra, como julgamos poder entrever, com menos propriedade é certo, na portela do Convento, ou São Gens, mais a nascente nesta aba Sul da Serra, marcada pela Anta da Candeeira, como já se assinalou, a par de outras desmanteladas em tempo antigo junto ao Convento, como nos foi relatado na Crónicas dos Eremitas da Serra d'Ossa (Frei HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO, 1745). Ambas portelas, e respectivos sepulcros deveriam confluir para o vale do Canal, na aba Norte, onde se desenvolve um importante núcleo de sepulcros dado a conhecer por Georg e Vera Leisner (1955) como as *Antas da Casa de Bragança* (v. Fig. 3). Estas parecem oferecer um panorama relativamente semelhante ao encontrado a Sul, com a sua concentração justamente em áreas liminares, onde a paisagem se abre ou fecha, consoante o sentido da deslocação. Aqui, na aba Norte, ainda que os sepulcros nos surjam construídos em xisto, que corresponde ao substrato geológico, a diversidade morfológica e morfométrica poderá indiciar um processo de construção da Paisagem dilatado no Tempo, mas seguindo iguais preceitos de ancestralidade, liminaridade e transitabilidade como os propostos na aba Sul do qual, cremos, dever ter sido, de certo modo, concomitante.

Regressando à percepção medieval da Paisagem, não por acaso, cremos, ser juntamente aqui que se constituiu a primeira comunidade de eremitas, em Vale de Infante no ano de 1374 (FONTES, 2012), julgamos ser igualmente por esta noção de espaço diferenciado e de transição que o extenso patamar do Canal, no lado Norte da Serra d'Ossa, se manteve como um concelho autónomo até às reformas liberais, contando no início do século XIX apenas com 156 habitantes.

A percepção medieval do território, profundamente empírica, verdadeiramente fenomenológica, porque humana, agrícola e silvícola, pode auxiliar-nos, pelo menos na Serra d'Ossa, a compreender uma percepção ancestral, igualmente fundadora e desbravadora, que presenciou a edificação dos sepulcros pré-históricos. Esta acção humanizou o território, dando-lhe uma espessura de Tempo, ancestralidade, criando uma Paisagem, como a toponímia ou os cruciformes nos penedos o fizeram na medievalidade.

O estudo do Megalitismo no território actualmente português passou relativamente ao lado do grande *trend* de análise *pos-processualista* que “varreu” a investigação do Neolítico e do Megalitismo europeus nos finais dos anos 80 e 90. Não que tenha existido um verdadeiro desconhecimento de obras fulcrais como *Rethinking the Neolithic* (THOMAS, 1991), *A Phenomenology of Landscape - Places, Paths and Monuments* (TILLEY, 1994), *Time, Culture & Identity* (THOMAS, 1996), *Altering the Earth* (BRADLEY, 1993), *The Significance of Monuments* (BRADLEY, 1998), entre várias outras, que vão surgindo nas bibliografias. Todavia, estas não

transformaram o modo como o Megalitismo funerário foi sendo abordado, talvez porque dependente ainda de uma longa tradição histórico-culturalista, ou talvez mesmo porque esta nunca foi suficientemente aprofundada como para estabelecer uma base de análise que permitisse uma abordagem diferenciada. A absoluta necessidade de estabelecer novas bases de trabalho foi sendo reconhecida pelo malogrado R. Boaventura, que procurou desenvolver a sua investigação, principalmente na península de Lisboa (BOAVENTURA, 2009), através de uma verdadeira exegese das fontes arqueológicas, por forma a “limpar” longos anos de incorrecções, erros e localizações dúbias permitindo colmatar as lacunas das velhas monografias de Georg e Vera Leisner. O projecto *MegaGeo*, que desenvolveu, foi em boa medida dedicado a isso, contudo, as *Parcas* não permitiram prosseguir, continuando a faltar o básico e velho medir e contar...

## 2 – MEGALITISMO, MEGALITISMOS: BACK TO BASICS AND BEYOND...

Tomando esta feliz expressão (CALADO, 2003) pretende-se discorrer um pouco, no contexto actual, sobre os conceitos de Megalitismo, na sua diversidade e amplitude. De modo algum pretendemos aqui historiar o conceito de Megalitismo, intento feito de forma relativamente abrangente por Rui Boaventura (2009, p. 12), quer no plano nacional, quer nas suas acepções internacionais, onde o canal da Mancha parece estabelecer uma quebra entre duas tradições, uma insular onde a componente da monumentalidade e diversidade é mais realçada e assumida, independentemente do suporte, e uma continental, na qual a investigação portuguesa se têm vindo a enquadrar, onde o suporte e porte megalítico é mais assumido, ainda que reconhecendo a diversidade de tipo de contentor funerário. Esta ambiguidade tem levado a tomadas de posição ambíguas entre vários autores, em particular V.S. Gonçalves, que muito sobre o tema se debruçou, oscilando entre uma percepção clara sobre o Megalitismo como uma parte da realidade das práticas funerárias das comunidades do IV<sup>o</sup> e III<sup>o</sup> milénio a.C. e uma noção abrangente do mesmo, justamente como o conjunto dos preceitos, ritos e mitos em torno destas práticas funerárias do final da Pré-História (GONÇALVES, 2006, p. 498-499). Efectivamente, os últimos 20 anos da investigação sobre as práticas funerárias pré-históricas no território alentejano, mesmo em áreas centrais do Megalitismo ibérico, como o território de Reguengos de Monsaraz, permitiram entender que, muito provavelmente, e os sepulcros megalíticos serão apenas uma pequena parte dos espaços funerários do IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénio a.C., e que mesmo as práticas, mitos e ritos associados poderão ser muito mais diversos, múltiplos e variáveis que o entrevisto até ao momento nos monumentos megalíticos. A diversidade de contextos funerários que têm vindo a ser documentadas quer no seio de espaços de ocupação e agregação, permanente ou temporária (VALERA *et al.* 2014), quer numa periferia alargada (VALERA *et al.*, 2019), além de muitas outras referências (p. ex. BAPTISTA *et al.*, 2013; VALERA & FILIPE, 2012; VALERA, 2013), impõe recolocarmos a questão sobre a amplitude que deveremos assumir para a noção de Megalitismo. Com este panorama mais recente sobre os contextos e gestos funerários do IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénio a.C. no território alentejano creio que hoje se impõe uma utilização mais restrita do conceito de Megalitismo.

A noção de Megalitismo como designação abrangente para as práticas funerárias dos IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénios a.C. foi, claramente, a marca de um Tempo em que os grandes monumentos marcaram histórica e cientificamente o conhecimento das comunidades humanas do final da Pré-História, sendo um dos mais expressivos símbolos da sua grandeza e mesmo complexidade. O Megalitismo lançou fundo as suas raízes e bases no estudo destas comunidades pela extensão dos trabalhos de Manuel Heleno no Alentejo, verdadeiramente mitificados pelo próprio, mas igualmente pela abrangência e rigor das grandes monografias de Georg e Vera

Leisner sobre o Megalitismo no território nacional, que o projectaram até internacionalmente. Estes trabalhos, a que se poderiam juntar outros como o de Virgílio Correia em Pavia, tornaram o Megalitismo absolutamente central e dominante na análise das comunidades subjacentes, quase que tornando irrelevantes todos os dados restantes, os quais, todavia, eram praticamente inexistentes. Na realidade, a sua perpetuação na Paisagem conferiu-lhe uma enorme visibilidade até aos dias de hoje, induzindo a investigação a calcorrear sempre os mesmos trilhos, muitas vezes com muito poucos dados novos. Creio que terá sido esta visibilidade e este trajecto de investigação, ou falta dele, que por um lado centrava o discurso sobre estas comunidades, por outro afastava a necessidade de uma visão mais detalhada sobre cada sepulcro, impondo uma visão global da “floresta” quando se nos escapava a “árvore”. Num momento em que se adensa imenso a informação sobre uma diversidade de contextos pré-históricos que não apenas os funerários, inclusivamente no cerne das grandes áreas megalíticas, não podemos trilhar erroneamente igual caminho, centrando o discurso noutras realidades, e esquecendo o marcante Megalitismo; todavia, para isso, há que voltar ao básico, a cada sepulcro, e procurar o lugar do Megalitismo na Paisagem pré-histórica, que sabemos hoje ser bastante mais preenchida e diversa.

Tal como tentámos deixar patente desde o início, sob o conceito de Megalitismo, mesmo o mais restrito e atinente a construções pétreas de alguma dimensão, abarca-se uma enorme diversidade de “megalitismos” que se dispersam por amplos territórios europeus, mas que encontram mesmo no território actualmente português um eco e variabilidade enorme, que importa reter e analisar. Desde logo procuramos distinguir duas vertentes, a funerária e a não funerária, de que nos ocuparemos aqui apenas da primeira.

O Megalitismo funerário alentejano, que se pretende aqui problematizar a partir da aba Sul da Serra d’Ossa, centra-se em sepulcros do tipo *anta*. No entanto, começa desde logo aqui a nossa dificuldade, sentida desde há muito, como nos faz notar o Padre Joaquim da Rocha Espanca no título da sua obra sobre os mesmos, ao designá-la sabiamente de “*Estudo sobre as antas e seus congéneres*” (ESPANCA, 1894).

Pode assumir-se *anta* como um sepulcro pré-histórico de câmara poligonal com 7 a 9 esteios, pontualmente com mais, dispostos na vertical, que se solapam parcialmente, inclinados para uma área central, podendo estar dotado ou não de corredor, com vão de entrada por norma aberto ao quadrante Nascente-Sul, e se assume ser coberto por uma ou mais tampas líticas e uma estrutura tumular. Ao invés de outros autores, como V. S. Gonçalves (1992, p. 222), não cremos que esta designação se deva aplicar apenas a sepulcros com dimensão “*megalítica*”, ainda que reconheçamos, como veremos, que na origem a designação a tal estaria associada.

Sem querer historiar, de modo algum, a origem e etimologia do termo, sabemos que a sua associação a este tipo de construções se perde no tempo, como nos recorda o Padre Espanca (1894, p. 13), Leite de Vasconcelos (1897, p. 25; 252) ou L. Monteagudo, (1954), dispersando-se amplamente pelo território nacional, como o menciona Martinho de Mendonça e Pina no seu estudo apresentado à Academia Real da História Portuguesa (PINA, 1733), ou o deixa entender a célebre listagem do Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro de 24 de Setembro de 1733, que menciona a existência de 315 antas no território então português e 67 no termo de Évora (GUERREIRO, 1734; CARDOSO, 2002, p. 185). Importa realçar, como o próprio J. L. Vasconcelos o faz (1897, p. 26) dois aspectos: por um lado, o facto de esta designação ser muito antiga, provavelmente já de origem romana, dada a etimologia, e que a tal se deve a sua ampla dispersão pelo Ocidente peninsular, mas não só; por outro, o facto mencionado por este mesmo autor nos finais do século XIX de ser então apenas usado no Alentejo, tendo desaparecido da linguagem popular na sua referência a sepulcros megalíticos em boa parte do país.

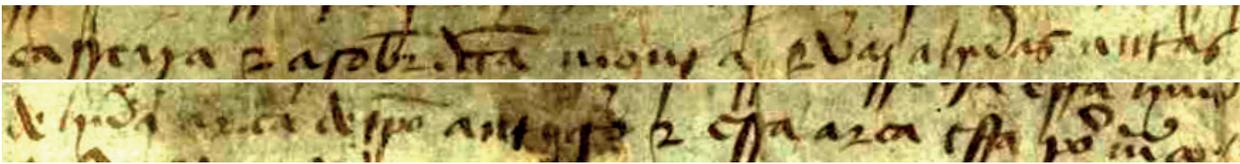


Fig. 4 – Excerto do original do Foral de Monsaraz atribuído em 1276, por D. Afonso III, na parte em que se refere a inclusão de uma anta como marco de delimitação concelhia: “algumas antas de uma arca de tempo antigo”.

As mais antigas menções a antas deixam claro, por um lado, a sua associação a pedras de alguma dimensão erguidas na vertical designando-se, como no caso do foral de Monsaraz, anta às próprias pedras do sepulcro, que se chama de “arca”: “e vai a umas antas de uma arca do tempo antigo” (v. Fig. 4), como se viu acima. No mesmo sentido vai a utilização toponímica de Vale de Anta em Redondo no testamento de Catarina Pires Folgada, datado de 1408 (MOREIRA & CALADO, 2010), na justa medida em que sabemos hoje que tal sepulcro nunca foi terminado (MATALOTO, 2019), correspondendo certamente, no séc. XV, apenas a um conjunto de esteios erguidos, reconhecidos, no entanto, como anta que dará origem ao nome da herdade (v. Fig. 3). Todavia, o foral de Redondo apresenta-nos uma noção bastante mais clara e detalhada destes monumentos, logo no início do século XIV, como se viu. Aí se menciona “hu fezerō hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta ãta” que se situava no alto de uma “mamao” (Fig. 5), deixando claro o entendimento desta realidade ser composta por uma mamoa e uma anta, feita de pedras. Assim, desde cedo temos claro que, pelo menos para alguns, estas seriam construções complexas, de mamoa e uma edificação de pedras, certamente ao alto, a que se chamava anta. O foral de Monsaraz é igualmente bastante explícito sobre a noção de antiguidade destas construções, “a umas antas de uma arca do tempo antigo” percepção que cremos ser generalizada nas classes letradas que traçavam os limites dos concelhos. Nesta última alusão cremos entender que se podia designar de anta cada pedra erguida do sepulcro, caso igualmente constatado em outras regiões, como na Galiza (MONTEAGUDO, 1954, p. 109).

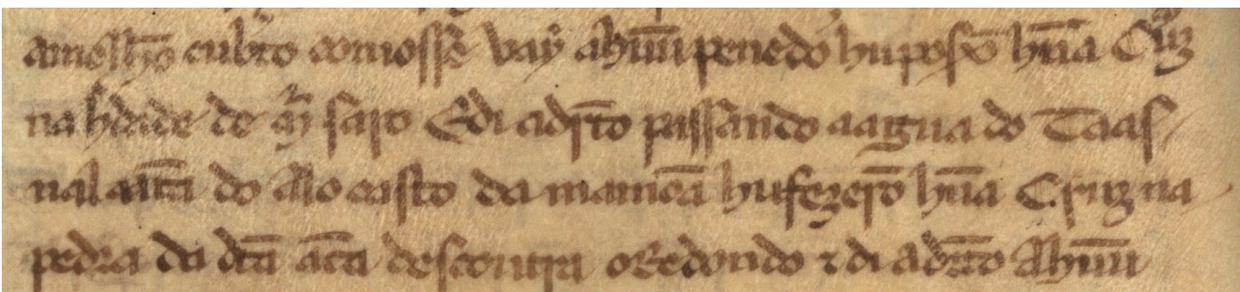


Fig. 5 – Excerto do original do Foral de Redondo atribuído em 1318, por D. Dinis, em que se menciona a utilização de uma anta como marco de delimitação concelhia: “alto da mamoa onde fizeram uma cruz na pedra da dita anta descontra o Redondo”.

A percepção e designação ancestral de Anta, certamente dada a erros e problemas é, em nosso entender, ainda assim aquela que devemos manter, especialmente nos seus aspectos arquitectónicos, mais que nos “megalíticos”, porque congrega em si o conjunto de preceitos construtivos que melhor exprimem uma determinada cosmogonia. Deste modo, cremos que o conceito de *anta* acima expresso por nós se deve manter como unidade de análise, que nos permita reconhecer outros modelos arquitectónicos, eventualmente expressivos de outras percepções, organizações e identidades. Assim sendo, as antas serão apenas uma vertente do Megalitismo funerário, no qual poderemos incorporar, como se verá, outro tipo de monumentos, sendo este apenas uma vertente, com marcada visibilidade e identidade, dentro das práticas funerárias pré-históricas. A

demarcação e entendimento restrito do Megalitismo permitirá uma aproximação muito mais fina das cosmogonias e ritualidades inerentes a estas edificações, de modo a podermos obter leituras mais precisas e diversas face a muitos outros espaços funerários, como os hipogeicos ou as fossas simples. Obviamente, e como cremos ficar patente na necrópole da Sobreira de Cima (VALERA, 2013), estes não terão sido mundos estanques, antes se interconectavam e “hibridizavam” de modo a criar uma Paisagem significativa para os diversos grupos, da mesma comunidade ou não. O lado megalítico, ou mesmo “*filolítico*” da necrópole da Sobreira de Cima, fica bem patente, por um lado, nas grandes lajes utilizadas para selar a entrada do hipogeu 1 (VALERA, 2013, p. 19), e por outro, de modo mais expressivo e visível, nas designadas estelas que demarcavam o corredor de acesso ao sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 28). De realçar ainda que estes sepulcros partilhavam a paisagem funerária com as antas 1 e 2 do Monte da Sobreira, escassas centenas de metros a Sul, demonstrando a convivência da multiplicidade de soluções funerárias na construção de uma Paisagem ancestral, numa dimensão difícil de apurar neste momento em outras áreas, mas que nos pode estar a apontar para o significado identitário que os vários tipos de sepulcros poderiam representar. Assim, torna-se imperativo, segundo cremos, “*back to basics*” numa linha que partilhámos com o malogrado amigo Rui Boaventura. Voltar às Antas. E voltar com uma necessidade de análise detalhada que complementa, em primeiro lugar, os dados avançados por Georg e Vera Leisner, e outros que depois vieram, mas igualmente possa, nas novas abordagens, fornecer-nos dados mais concretos sobre as estruturas tumulares, as implantações, as pré-existências cada vez mais frequentes, por forma a melhor entendermos cada sepulcro.

O velho “medir e contar” volta a tornar-se necessário, não por si só, mas sim para melhor categorizarmos e conhecermos as antas, na sua diversidade, e no que nelas existe de “agenciamento”, que reúna nas suas especificidades as cosmogonias de uma comunidade e os preceitos inerentes às mesmas. O Megalitismo de Antas tem que encontrar forma de conhecer e depois compreender a sua diversidade, que vai muito além da dimensão ou implantação, passando pelos processos particulares até de abandono, como no caso da Valdanta (MATALOTO, 2019).

Neste contexto, e na esteira do que Rui Boaventura, dentro da sua tendência “neopositivista”, pretendia efectivar no âmbito dos múltiplos projectos MegaGeo que perspectivava, achou-se por bem encetar com ele um conjunto de reflexões com vista a uma definição dos critérios volumétricos e arquitectónicos a considerar na avaliação dos sepulcros de tipo anta, na maioria das vezes amplamente desmantelados. Esta breve reflexão está certamente muito empobrecida pela ausência do Rui Boaventura, cujo precoce falecimento deixou um vazio difícil de suplantar. Mas sigamos, como seria seu apanágio.

Esta reflexão constrói-se sobre muitas outras de diversos autores que se têm debruçado pela temática megalítica do Sul de Portugal, aquela que integra a região que temos como base, desde V. S. Gonçalves (1992), J. Oliveira, (1998) ou L. Rocha (2005).

Em primeiro lugar manteríamos a designação de Anta para monumentos de planta poligonal edificados em pedra, de maior ou menor dimensão. Como a experiência nos foi demonstrando, a dificuldade de avaliação da arquitectura das antas em altura impôs que o diâmetro da câmara fosse um elemento essencial numa primeira categorização. A enorme diversidade que a dimensão do espaço sepulcral pode apresentar tem subjacente uma economia de esforço empregue na sua construção, por sua vez representativa da capacidade de agenciamento e agregação que cada comunidade consegue para a sua erecção. Nesta medida importa, cremos, categorizar os sepulcros por um dos critérios mais usualmente preservado no conjunto que a nós chegou, o diâmetro transversal da câmara. Poder-se-ia haver seguido, certamente, outros critérios ou índices, como o proposto a partir do sepulcro do Marco Branco através da proporção do comprimento e a largura da câmara (SILVA & SOARES, 1983, p. 67). Contudo, cremos que desta análise não resultaria um conjunto de

resultados substancialmente distinto, dificultando, pela escassez de dados fiáveis de escavação e do estado de preservação de alguns sepulcros, uma avaliação mais alargada, pelo que se preferiu manter o critério da dimensão transversal interior da câmara.

**Tabela 1** – Diâmetro transversal da Câmara dos sepulcros da aba Sul da Serra d'Ossa

Sepulcro	Câmara (largura transversal)	Dimensão
Barroca	1m	Pequena
1 das Chãs	1,1 m	Pequena
Godinhos	1,1m	Pequena
6 do Colmeeiro	1,6 m	Média
Colmeeiro 4	1,8 m	Média
Tesouras	1,8 m	Média
Covas	1,8 m	Média
Silveira Grande	2 m	Média
Godinha de Cima	2 m	Média
1 da Orvalha	2 m	Média
Vinha	2 m	Média
Candeeira	2,2 m	Média
Casas Novas 2	2,3 m	Média
Colmeeiro 1	2,4 m	Média
Hospital	2,4 m	Média
4 Quinta do Freixo	2,4 m	Média
Piedade	2,6 m	Média
1 Quinta do Freixo	2,7 m	Média
Monte Branco	2,8m	Média
4 das Casas	3 m	Grande
Vidigueira	3,1 m	Grande
Paço	3,4 m	Grande
2 Quinta do Freixo	3,4 m	Grande
3 Quinta do Freixo	3,5 m	Grande
Valdanta	3,7m	Grande
Casas Novas1	4 m	Grande

Estabeleceu-se a habitual visão tripartida de diâmetros máximos: pequena – até 1,5m; média – 1,5m até 3m; grande – acima de 3 metros. Como se pode ver estes balizamentos são, em boa medida, partilhados por outros autores, nomeadamente no que aos pequenos sepulcros diz respeito (ROCHA, 2005, p. 122), que entronca numa tradição de investigação anterior. Esta mesma autora procura um certo entendimento a partir de critérios relativamente semelhantes, onde o valor de diâmetro longitudinal da câmara é avaliado e problematizado face à própria altura dos esteios (ROCHA, 2005, p. 128). Todavia, cremos que o entendimento e a clareza de

análise acaba por ser “inquinada” por dois factores, a valorização da presença ou não de corredor e a consideração de análise do valor longitudinal do diâmetro da câmara. Cremos que estes elementos distorcem a possibilidade de uma análise mais alargada, quer porque é o diâmetro transversal que será determinante para a própria volumetria do espaço sepulcral em câmaras de tendência poligonal, quer pelo grau de conservação ou não do corredor. O prolongamento longitudinal do espaço sepulcral é passível de ser efectuado sem aumentar o volume global do sepulcro, criando monumentos que



Fig. 6 – Anta da Rabuje 5 (Monforte), à qual parece ter sido adicionado um corredor. (Foto Rui Boaventura).

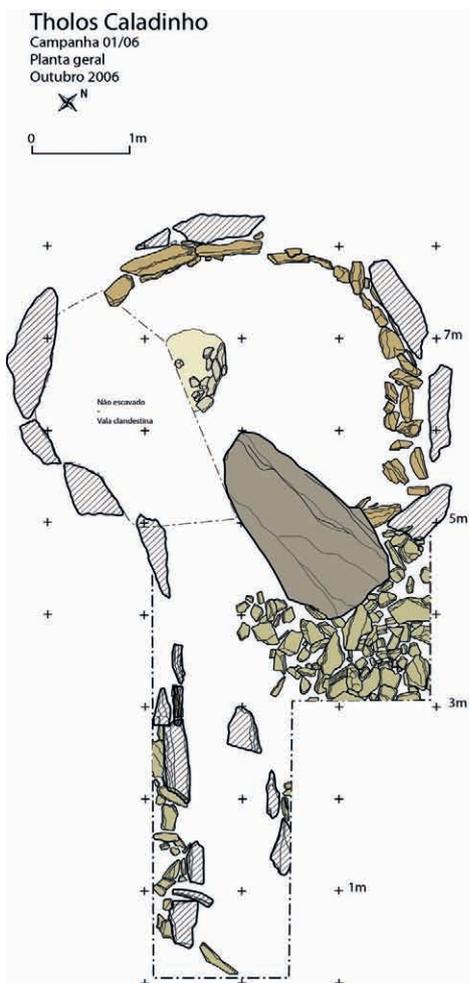


Fig. 7 – Planta e vista geral do sepulcro do Caladinho, Redondo.

se aproximam da galeria, já o invés é bastante mais complexo. Por outro lado, a presença de corredor, ainda que se queira ver neste aspecto indicadores cronológicos, algo que não é de todo linear (BUENO, 1994), em pouco parece influenciar esta avaliação volumétrica dos sepulcros, como fica patente nas pequenas antas de Rabuje 5 (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 211) (Fig. 6) ou Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) (Fig. 17). Nesta medida, e ainda que trabalhemos com valores próximos aos que a citada autora menciona, julgamos mais pertinente e fiável fixarmos a análise nos critérios métricos para o diâmetro transversal da câmara, como acima se expôs. Este é, contudo, tal como qualquer outro, passível de problematização, mas é uma base de trabalho que nos permitirá traçar uma tentativa de leitura alargada a nível regional, realidade para a qual cremos que estes critérios estão adaptados.

Na região que tomámos por base para esta análise documentámos a presença de diversos sepulcros cuja arquitectura desafia os conceitos e classificações usualmente utilizadas no território alentejano. Efectivamente, e em particular no caso do sepulcro do Caladinho (CNS 19040) (Fig. 7), o seu processo de identificação é revelador destas dificuldades. Este sepulcro foi inicialmente registado como Anta das Courelas da Quebradinha, por C. Beirão, J. Pinho Monteiro, O. Caeiro e C. T. Silva num relatório de 1981, e na sequência dos trabalhos de escavação na necrópole da Herdade das Casas. Posteriormente viria a ser publicado na Carta Arqueológica do Redondo como *tholos* (CALADO & MATALOTO, 2001), constando na primeira publicação sobre a escavação do mesmo com um mais vago sepulcro megalítico (MATALOTO & ROCHA, 2007). Este trata-se de um sepulcro de câmara subcircular com 4m de diâmetro, composta por 9 esteios conservados, de grande porte, que se podem apelar de megalíticos, dotado de um corredor médio de pequena altura, orientado a sudeste (Fig. 7). A presença de uma estrutura tumular é bem marcada, ainda que os trabalhos não tenham conseguido uma caracterização conveniente. Todavia, na área sondada adjacente ao exterior dos esteios documentou-se a presença de um aglomerado de pedras locais lajiformes, dispostas na horizontal. A cobertura deste sepulcro dificilmente seria executada apenas por uma única pedra, muito menos da geologia local. A abundante presença de pedra, quer no interior da estratigrafia do sepulcro, quer na envolvente exterior, dispersas pela encosta, deixa entender que a solução de cobertura

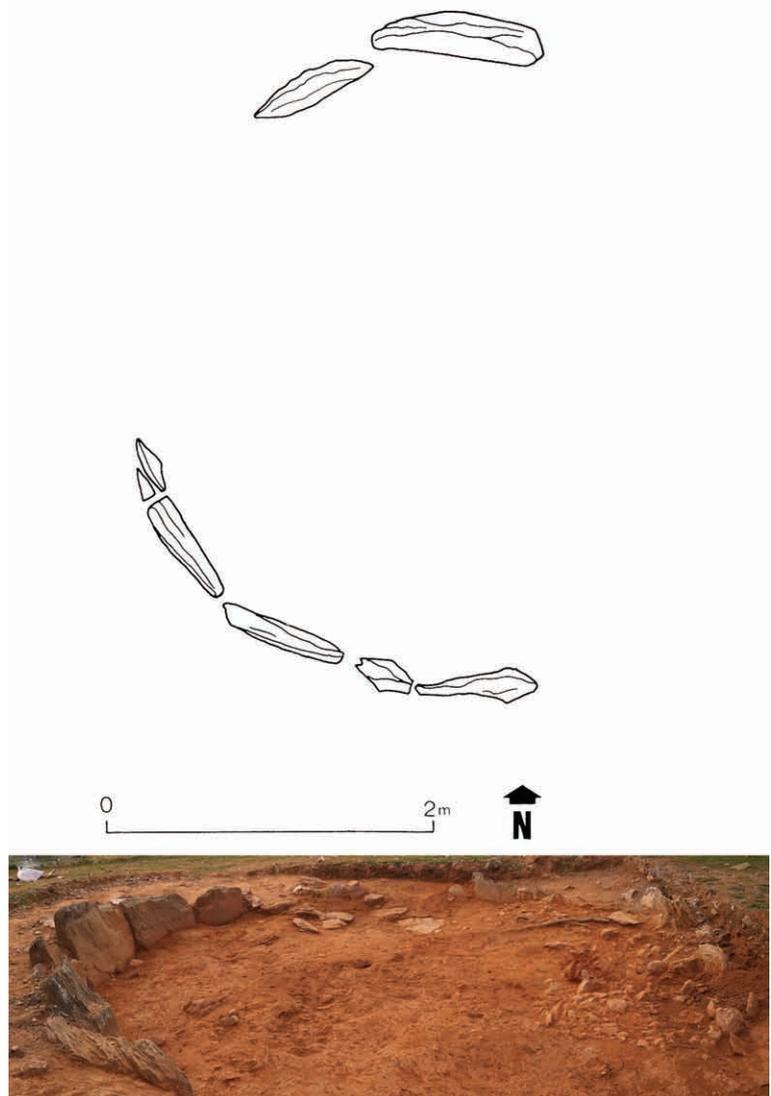


Fig. 8 - Planta do sepulcro dos Ambrósios aquando da sua descoberta (seg. Calado, 1993) e vista geral actual do sepulcro.

poderia recorrer a outros modelos, nomeadamente em falsa cúpula, quer em pedra quer em terra compactada (SEGOVIA, LEGAZ & SEGOVIA, 2016, p. 172) q. Deste modo assumiria um perfil híbrido, claramente megalítico na sua estrutura, mas com uma planta não poligonal e uma cobertura não megalítica. Do ponto de vista cronológico, e ainda que não esteja disponível qualquer datação, cremos poder integrar o principal momento de uso na fase plena do Megalitismo, com os conjuntos a serem dominados pela presença de placas de xisto e báculo, pontas de seta e geométricos, sendo a cerâmica e a pedra polida mais escassas. Assim, não cremos que este sepulcro se afaste muito, em termos cronológicos, da maior parte das antas da região.

Na envolvente imediata do sepulcro do Caladinho documentaram-se diversos outros com algumas afinidades, caso do designado *tholos* dos Ambrósios (CALADO, 1993) (Fig. 8), escassos quilómetros a Sul, ou das ditas antas da Orvalha e Fontanas, a Sul e Norte, respectivamente (Fig. 3). Estas, dado o estado de conservação, são mais difíceis de caracterizar, mas poderão corresponder a sepulcros de características semelhantes, dada a sua proximidade, porte lítico e implantação adjacente a zonas de passagem da linha de cumeeada da “crista de Redondo”. No entanto, só o continuar dos trabalhos o permitirá determinar com segurança.

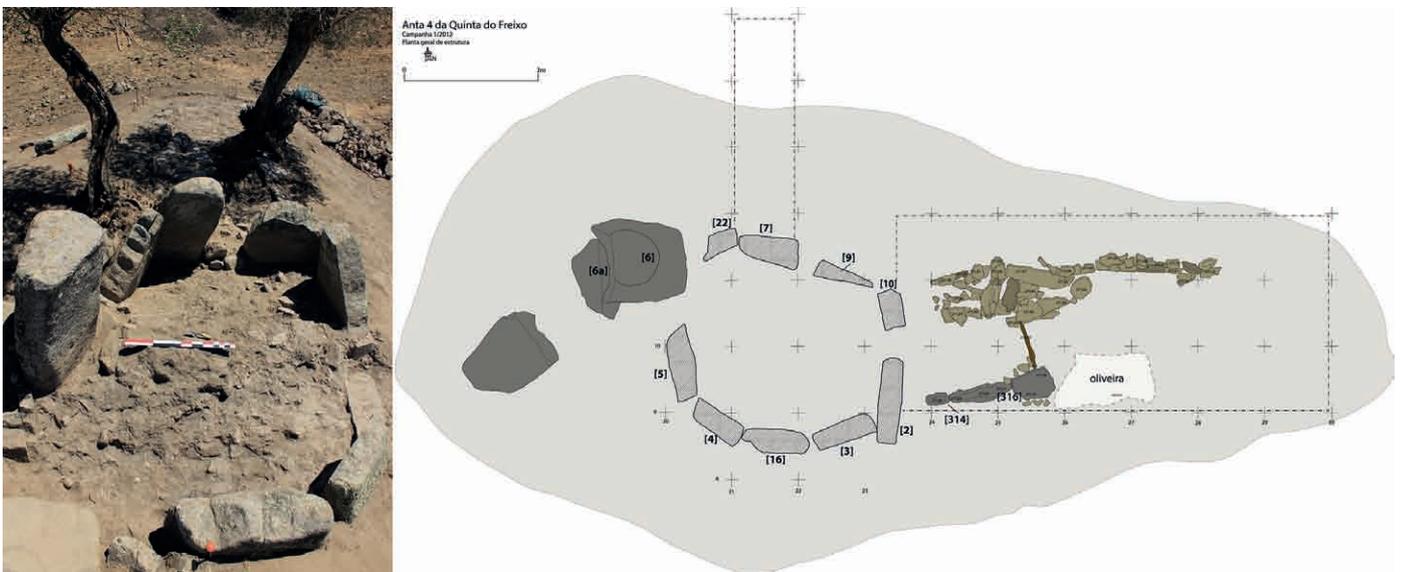


Fig. 9 – Vista geral e planta da anta 4 da Quinta do Freixo, Redondo.

Os trabalhos na região do Freixo (Redondo), alguns quilómetros a Poente do sepulcro do Caladinho, têm permitido documentar alguma diversidade nas arquitecturas do principal núcleo megalítico nas abas da Serra d’Ossa. O *cluster* da Quinta do Freixo, com cinco sepulcros, destaca-se pela sua relativa coerência, ao ser composto por sepulcros em granito de média dimensão, de câmara e corredor (Fig. 3). Neste conjunto a Anta 4 da Quinta do Freixo sobressai pelo grau de conservação da sua estrutura tumular. Em 2012 iniciámos com Rui Boaventura trabalhos no local, que nos permitiram documentar um sepulcro de características diferenciadas e uma biografia complexa, que apenas muito parcialmente nos foi possível descortinar. Os trabalhos, apesar de curtos, permitiram verificar a existência de uma câmara de planta subcircular, com onze esteios de granito e um corredor longo, composto por esteios no lado Sul e um muro em pedra do lado Norte (Fig. 9). Sem indícios directos da presença de uma tampa de cobertura, a quantidade de pedra documentada no interior da Câmara, em estratos aparentemente preservados, conduziu a que se equacionasse a possibilidade de estarmos perante um sepulcro também de características híbridas, como o próprio corredor e a planta subcircular indicavam.

Julgamos possível que a cobertura tenha ter sido em falsa cúpula em terra e pedras, sobre uma câmara verdadeiramente megalítica, seguindo o exemplo melhor preservado da Anta 1 de Vale Rodrigo (LEISNER, 1940) (Fig. 10).

A Anta 4 da Quinta do Freixo ajudaria assim, a par do Caladinho e de outros congéneres, a traçar uma imagem de certa diversidade nos sepulcros da aba sul da Serra d'Ossa, ainda assim num quadro dominado pelos modelos de planta poligonal e com os quais estes se terão entrosado num perfil cronológico ainda difícil de estabelecer. No entanto, cremos que esta última anta poderá mesmo corresponder a um momento de transição para novas formas de construir, cuja cronologia ainda nos falta precisar.



**Fig. 10** – Fotos da Anta 1 de Vale Rodrigo, nas quais ficam bem patentes as soluções arquitectónicas adoptadas. Arquivo Leisner (IAA 814 e 815. No topo, vista actual do sepulcro a partir de Sul.

Manuel Heleno, na sequência dos seus trabalhos na região de Montemor-o-Novo, não deixou de assinalar a presença destes sepulcros de câmara circular, abrindo uma linha de entendimento que de alguma forma ainda marca as leituras sobre os mesmos no território presentemente português. Efectivamente, para aquele investigador os sepulcros de planta circular surgiam como os mais tardios na sua perspectiva evolucionista, de certa forma a denunciarem as influências dos *tholoi* no final do Megalitismo (Caderno n.º 31, Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937; APMH/2/1/11/31, fl. 30v).

Trabalhos de limpeza recente no *tholos* do Escoural deixaram uma imagem relativamente semelhante, com esteios de porte médio, próximos aos do Caladinho (Fig. 11). Todavia, o facto daquele sepulcro apresentar um diâmetro bastante superior e estar parcialmente escavado no solo, afasta-o do caso aqui em análise.

Este tipo de sepulcros de cariz arquitectónico, digamos, híbrido, claramente megalítico, de planta circular, com esteios encostados e não justapostos, com outras formas de cobertura parecem ser mais frequentes em

outras áreas peninsulares, ainda que achemos que a sua presença deva ser, no território alentejano, mais frequente que o actualmente perceptível, estando escamoteados sob a designação de antas ou outros sepulcros megalíticos. Cremos que o exemplo dos sepulcros do Lousal, na região de Grândola, conhecidos de há muito (FERREIRA & CAVACO, 1952; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 257), a que se poderão acrescentar outros mais recentemente (INÁCIO *et al.*, 2013) evidencia a extensão deste modelo arquitectónico de planta circular. O sepulcro 1 do Lousal foi mencionado recentemente como “um túmulo megalítico com uma arquitetura atípica” (INÁCIO *et al.*, 2013, p. 207), por contraponto à sua anterior identificação como *tholos*, numa problemática bastante semelhante à existente para o caso do Caladinho.

Este tipo de construções funerárias são mais usuais e melhor conhecidas quer na alta Extremadura, quer já nas planícies da Meseta Norte, na região de Salamanca, Ávila e Toledo (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005, p. 164). Talvez o exemplo melhor conhecido e estudado, para além de Guadalperal (LEISNER & LEISNER, 1960), ainda assim muito particular, é mesmo o *dólmen* de Azután, estudado por aqueles investigadores (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005).



**Fig. 11** – Vista geral do *tholos* do Escoural, após trabalhos de limpeza e registo recentes realizados em coordenação com Marco Andrade e André Pereira. Note-se o porte megalítico de alguns esteios.

Apesar das particularidades destes sepulcros, cremos haver bastantes pontos de contacto entre arquiteturas de planta circular, o que impõem a sua análise mais alargada e detalhada, pela manifesta diferença construtiva face às antas, podendo ter na origem questões identitárias de cariz grupal que importa aferir.

O corredor é um elemento essencial no entendimento, uso e percepção de um sepulcro, sendo muito mais que um simples elemento e espaço de mediação entre o exterior e o interior do sepulcro. Como se mencionou, é difícil a valorização da sua ausência enquanto elemento cronológico, em particular em sepulcros de câmara poligonal que não foram escavados. Na realidade, como Jorge Oliveira apontou para a região que estudou, as antas sem corredor devem ser escassas ou estar mesmo ausentes (OLIVEIRA, 1998). Deste modo, o corredor cedo se torna um elemento essencial na edificação de um sepulcro de média dimensão e câmara poligonal, sendo a sua ausência quase certamente derivada da sua destruição. Em casos concretos, mesmo de pequena dimensão, como a pequena anta de Rabuje 5, escavada por Rui Boaventura (MATALOTO et al, 2015) (Fig. 6) ou a Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) (Fig. 17), entre muitos outros casos, o corredor mesmo não funcional, está presente e assume um papel importante na estruturação do sepulcro, ao ponto de no primeiro caso parecer ter sido adicionado a uma câmara inicial. Este facto parece apontar para uma transformação na percepção dos sepulcros, onde o corredor parece ganhar um espaço simbólico próprio, desde logo reforçando a noção de mediação exterior/interior e da conexão paisagística do sepulcro com uma orientação solar específica. Na realidade, cremos que mesmo em algumas pequenas antas sem corredor o acesso se encontra já marcado por um portal constituído por dois blocos tipo pilares ou jambas que ladeiam a entrada, podendo assumir-se este elemento como uma característica típica de alguns destes sepulcros, como se destacou anteriormente (MATALOTO *et al.*, 2015a, p. 64). Este portal parece já corporizar uma certa cosmogonia que valoriza não apenas a abertura a Nascente, mas igualmente a demarcação do espaço de entrada como área liminal, por vezes utilizada para deposições rituais, como de machados e enxós. Na aba Sul da Serra d'Ossa a pequena Anta da Barroca (Fig. 3 e 12) apresenta-nos um interessante caso de transição entre o portal e os corredores diferenciados ao evidenciar um acesso com, digamos, portal ou jamba dupla, pouco diferenciada face à largura da câmara, mas com altura menor (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 194). Na transição entre a Câmara e o portal registou-se, entre os esteios do lado Sul, a deposição de uma enxó que vem reforçar o aspecto simbólico deste espaço, mesmo nas arquiteturas mais simples (Fig. 12).

Assim, julgamos que os patamares de entendimento e categorização dos corredores definidos por V. S. Gonçalves (1992, p. 148), com quatro patamares (curto, médio, longo e muito longo), com base na sua relação com a dimensão da câmara, nos parece adequada para uma leitura do mesmo, se acrescermos, então, a noção de portal. O corredor terá sido um espaço simbólico em pleno, não apenas como área de sepultamento, mas também ritual, na qual se criam e recriam gestos e actos claramente ritualizados, como a acumulação de machados, ou outros elementos, para além do facto, especialmente quando longos, da sua compartimentação indiciar uma qualquer categorização do espaço e provavelmente da restrição de acesso. Acompanhamos Manuel Calado quando este reforça (contra BUENO, 1994) que os corredores são, antes de mais, um artifício simbólico cuja relevância não depende da sua dimensão ou suposta funcionalidade (CALADO, 2003, p. 362). O corredor representa um elemento essencial na construção metafórica da planta sepulcral como um espaço uterino, que mimetiza o retorno à origem ancestral da “Terra-Mãe”.

O prolongamento do corredor, na Anta 2 do Olival da Pega, em Reguengos de Monsaraz, depois da adição dos novos espaços sepulcrais (GONÇALVES, 1999) parece indiciar a necessidade desse espaço de mediação, que organize e condicione o acesso. Do mesmo modo, neste sepulcro, o bloqueio do acesso ao interior da câmara da anta parece querer selar o espaço ancestral, inviolável mas presente e determinante na construção deste complexo sepulcral.



Fig. 12 – Vista geral da anta da Barroca, com detalhe da deposição de uma enxó, entre os esteios do corredor e os da câmara.

Em princípio, a estrutura esquelética do sepulcro, constituída pelos elementos comentados até aqui, seria coberta por uma mamoa ou *tumulus* em calote de esfera de dimensão e complexidade variável. Como se viu na leitura do foral de Redondo, do início do século XIV, desde cedo que no Sul, ao menos para alguns, havia uma diferenciação de anta e mamoa, sendo esta justamente a colina que cobria ou envolvia as pedras da anta. Cremos relevante assinalar a presença suposta de uma estrutura tumular que recobrisse o sepulcro, na justa medida em que o grau de conservação, ou mesmo ausência de indícios da sua presença, se torna difícil de

explicar através de processos erosivos diferenciais, quando em áreas adjacentes se encontram outros sepulcros com estas bastante bem preservadas.

A mamoa, além de uma componente estrutural, ajudava, cremos, a reforçar a já sugerida simbologia uterina que parece decorrer da planta dos sepulcros, sublinhando a ideia de um regresso à origem, à “Terra-Mãe”, simbolizado no eterno retorno que a orientação ao sol nascente assinalava.

A questão estrutural das mamoas é muito difícil de avaliar, atendendo que na maior parte dos casos dispomos apenas de escassos elementos sobre as mesmas. No entanto, cremos que estas terão apresentando uma complexidade, ainda que variada, certamente bastante maior que a suspeitada à primeira vista. Por outro lado, e ao invés do que por vezes se deixa transparecer, a sua construção nem é uma mera rampa de colocação dos esteios e da laje de cobertura, nem meramente a cobertura para conferir invisibilidade ao sepulcro. Efectivamente, a anta inacabada da Valdanta (MATALOTO, 2019) deixa claro que a construção da estrutura tumular decorria após a edificação da câmara e corredor.

Na intervenção que levámos a efeito na Anta da Candeeira (Aldeia da Serra, Redondo) não foram registados quaisquer indícios sobre a presença da estrutura tumular, apesar do excelente estado de conservação da câmara, havendo os esteios do corredor sido removidos provavelmente em época medieval (BOAVENTURA *et al.*, 2014). Estando o sepulcro situado no topo de uma ligeira elevação relativamente aplanada, é com dificuldade que entendemos que a eliminação de uma putativa estrutura tumular derivasse de uma qualquer acção erosiva. Ainda que se conheçam nas imediações ocupações antigas de cariz rural, como o sítio da Idade do Ferro do Monte do Cabaço e um outro pequeno de época romana (CALADO & MATALOTO, 2001), onde poderão ter origem os escassos fragmentos de tégula recolhidos nos enchimentos dos alvéolos de implantação do corredor arrancados, cremos algo rebuscado atribuir a estes, ou mesmo à ocupação medieval o desmantelamento da suposta mamoa. Este facto pode reabrir, na Anta da Candeeira, a discussão sobre a origem do designado “buraco da alma”, já que se se assumir a possibilidade da estrutura tumular não haver existido, a possibilidade do mesmo ser de origem mais antiga pode colocar-se. O dito “buraco da alma” apresenta traços claros da acção de um instrumento metálico, com golpe fundos e afilados. Todavia, estes parecem ser claramente posteriores à abertura e abrasão do óculo, que terá sido realizado possivelmente com um objecto rombo, eventualmente outra pedra, podendo aqueles indícios corresponder a um reavivamento mais tardio efectuado sobre uma superfície boleada (Fig. 13). No entanto, esta observação em pouco contribui para a explicação cabal da sua origem; qualquer eremita que possa haver-se abrigado ali, e ser responsável pela abertura do óculo, teria acesso a uma tecnologia não muito distinta da neolítica para o executar.

A erosão diferencial, ou simplesmente a acção humana, dificilmente permitem compreender o nível de desmantelamento da estrutura tumular em diversos sepulcros situados em áreas imediatas. Na região que tomámos como ponto de partida para este conjunto de reflexões, a aba Sul da Serra d’Ossa, o caso do pequeno grupo das antas 1 a 4 do Colmeiro parece-nos bastante revelador. Estas situam-se num pequeno tramo de um vale pouco profundo (Fig. 3), onde a mecanização agrícola pouco entrou, e onde os sepulcros se apresentam como se encontravam nos anos 40 do século XX, quando foram identificados por Georg e Vera Leisner, à excepção do suposto sepulcro 2, hoje desaparecido e então constituído por dois esteios de pequena dimensão. Assim, enquanto na anta 1, sepulcro de média dimensão situado numa ligeira elevação, os vestígios de mamoa são praticamente inexistentes, a anta 3, situada numa área aplanada, adjacente à ribeira mantém a mamoa quase intacta, constituída por uma terra negra, totalmente distinta da envolvente (Fig. 14). Se por um lado se pode assumir que a erosão seria mais activa no desmantelamento da mamoa do primeiro sepulcro, por outro, a anta 3, ao situar-se numa área baixa e fértil, estaria mais exposta à acção agrícola. Não cremos que a acção erosiva ou o uso agrícola dos campos constituam explicações únicas para o entendimento do grau de preser-

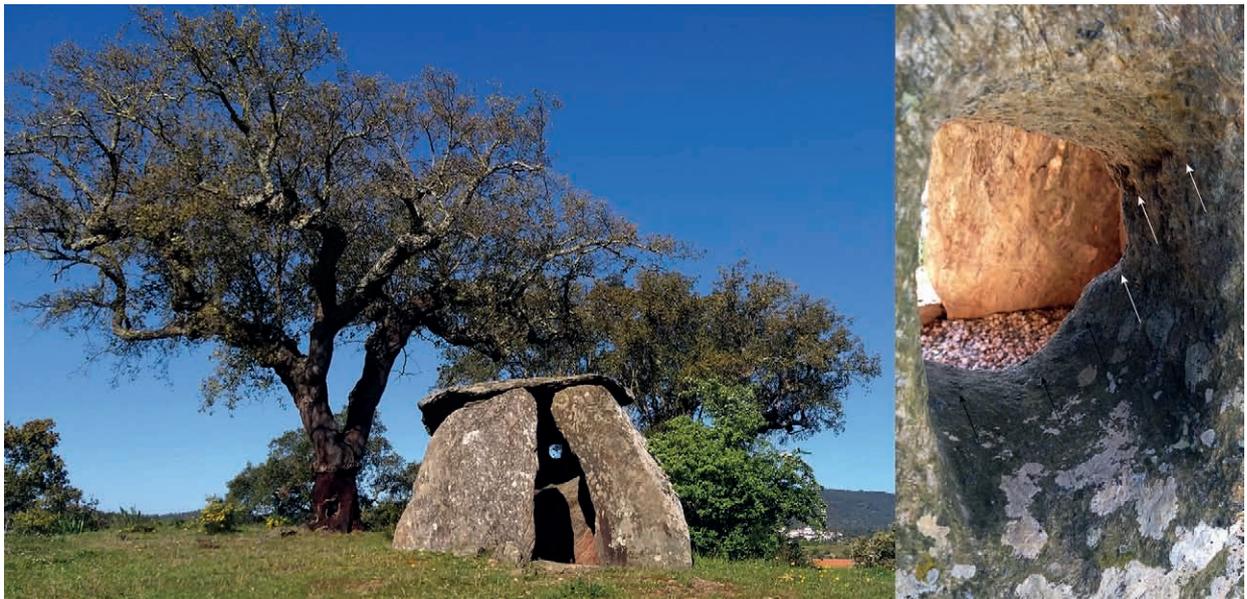


Fig. 13 – Anta da Candeeira e detalhe do “buraco da alma”.

vação das mamoaas. No mesmo sentido apontam os dados reunidos sobre as estruturas tumulares de pequenas antas que, apesar da sua efectiva fragilidade comparada com monumentos maiores, se conservam até aos dias de hoje, como se verá.

Sem querermos deixar de considerar a possibilidade de processos específicos muito particulares, como o caso do sepulcro inacabado da Valdanta, julgamos relevante uma análise mais alargada sobre as realidades tumulares que nos permita entender em que medida estas poderiam, em particular nos sepulcros de maior dimensão, ser um “*work in progress*” que acompanhasse a utilização do espaço sepulcral, e a sua edificação fosse concluída apenas num acto de encerramento, no qual uma comunidade, por motivos diversos, como o fim de uma linhagem ou de um qualquer ciclo, até mesmo astronómico, determinasse o fim de utilização de um sepulcro, muitas vezes para erguer outro. Os dados recolhidos na anta 3 de Vale Rodrigo (KALB & HÖCK, 1996; 2011) parecem sustentar esta hipótese ao terem registado a quebra da tampa, que em parte deslizou para a lateral externa enquanto se utilizava o sepulcro, deixando claro que a estrutura tumular existente teria sido construída apenas depois da quebra da tampa, e após um período indeterminado de uso.

A cobertura parcial do sepulcro durante a sua utilização transformaria por completo a Paisagem antiga, ao expor a estrutura central, evidenciando a sua monumentalidade, podendo incorporar, caso fosse utilizado para primeiras tumulações, outra marca muito forte, os cheiros intensos dos corpos em putrefacção, reforçando a experiência de aproximação e atravessamento deste território dos antepassados. Todavia, a ausência de indícios da presença de necrófagos oportunistas nos ossos conhecidos, deixa pouca margem a que a câmara estivesse aberta e acessível. cremos que as mamoaas são ainda um elemento pouco questionado no entendimento da construção e uso das antas, apesar de determinantes para a compreensão da estruturação da Paisagem antiga e das cosmogonias inerentes à mesma.

Este tema tem conhecido notáveis avanços no contexto europeu, após mais de uma centena de anos do “paradigma tumular”. Efectivamente parece hoje claro que a construção da mamoa faria parte de uma biografia



Fig. 14 – Vista das antas 1 e 3 do Colmeeiro (Redondo), distantes cerca de 500m.

intensa, complexa e não linear de edificação, uso e abandono deste tipo de sepulcros (SCARRE, 2016), havendo certamente muitos deles que foram construídos para não terem mamoa integral (ERIKSEN & ANDERSEN, 2016), enquanto outros certamente dispuseram delas com arquitecturas muito complexas.

Na aba Sul da Serra d'Ossa são escassos os dados disponíveis sobre as estruturas tumulares, que certamente existem associadas aos mais diversos sepulcros. Nas diversas pequenas antas que se têm vindo a intervencionar na aba Sul da Serra d'Ossa temos documentado estruturas tumulares complexas, com uma importante arquitectura pétreo como na Anta da Barroca (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 194) ou dos Godinhos (MATALOTO *et al.*, 2015a). Efectivamente, estes pequenos sepulcros contrapõem à reduzida dimensão da Câmara uma estrutura tumular mais robusta e complexa, com 8 a 10m de diâmetro. A Anta da Barroca destaca-se por uma importante carapaça pétreo estruturada por duas linhas de lajes em cutelo, que lhe conferem particular robustez e destaque. É possível que parte desta construção permanecesse visível, desenvolvendo-se a cobertura do espaço sepulcral apenas dentro do círculo mais interior da carapaça pétreo.

Na Anta dos Godinhos a estrutura p etra, elaborada em pedra local, parece desenvolver igualmente um empedrado perimetral elaborado para estar visível e conter uma estrutura tumular que cobrisse apenas a câmara sepulcral (Fig. 15). Em ambos casos a estrutura tumular parece desenvolver-se em “U” muito fechado, deixando o espaço frontal à entrada completamente aberto, como que desenvolvendo uma fachada e  trio, o que acabaria por valorizar este espaço exterior fronteiro da entrada, em sepulcros nos quais a mediação entre o exterior e o interior era muito reduzida. A reduzida dimensão dos sepulcros pode igualmente assinalar, tal como as mamoas em “U”, uma maior proximidade entre os sepultados e os sepultantes, apontando então para um grupo familiar mais restrito. Esta estrutura tumular confere um sentido de monumentalidade e complexidade que vai certamente além da mera construo de um contentor funerário, mesmo que cumprindo preceitos rituais evidentes, como a orientao, já definida ao quadrante Nascente-Sul. Todavia, este tipo de mamoa não   apanágio destas pequenas antas, na justa medida em que sepulcros como a Anta 1 das Ch s, que dista menos de um quil metro da Anta da Barroca, a estrutura tumular, de dimensões semelhantes, apresenta uma complexidade muito inferior, apresentando apenas um pequeno kerb a delimitar uma mamoa em terra aparentemente similar   das imediaoes (Fig. 15). No entanto, a presena de uma pequena estrutura ligeiramente descen- trada para Sul face ao eixo de acesso ao sepulcro, no que deveria ter sido o limite da estrutura tumular, e que integrava uma grande mão de granito, assinala claramente a relevância diferenciada deste espaço, podendo inclusivamente esta última ter estado erguida a modo de pequeno monólito, marcador da entrada, como se documenta em outros sepulcros alentejanos. A estrutura tumular, mesmo nestes casos aparentemente menos complexos, assumiria um papel c nico e ritual fundamental na construo de uma paisagem monumentalizada.

Isto dá-nos azo a comentar um outro modo de realar a construo tumular em sepulcros aparentemente mais tardios, ou pelo menos de maiores dimensões. O fen meno do que designámos “mamoas negras” é bastante demonstrativo dessa construo de uma paisagem tumular visível, feita para ser percebida por todos, e que decorre de um uso ritual e simbólico da mesma na construo tumular.

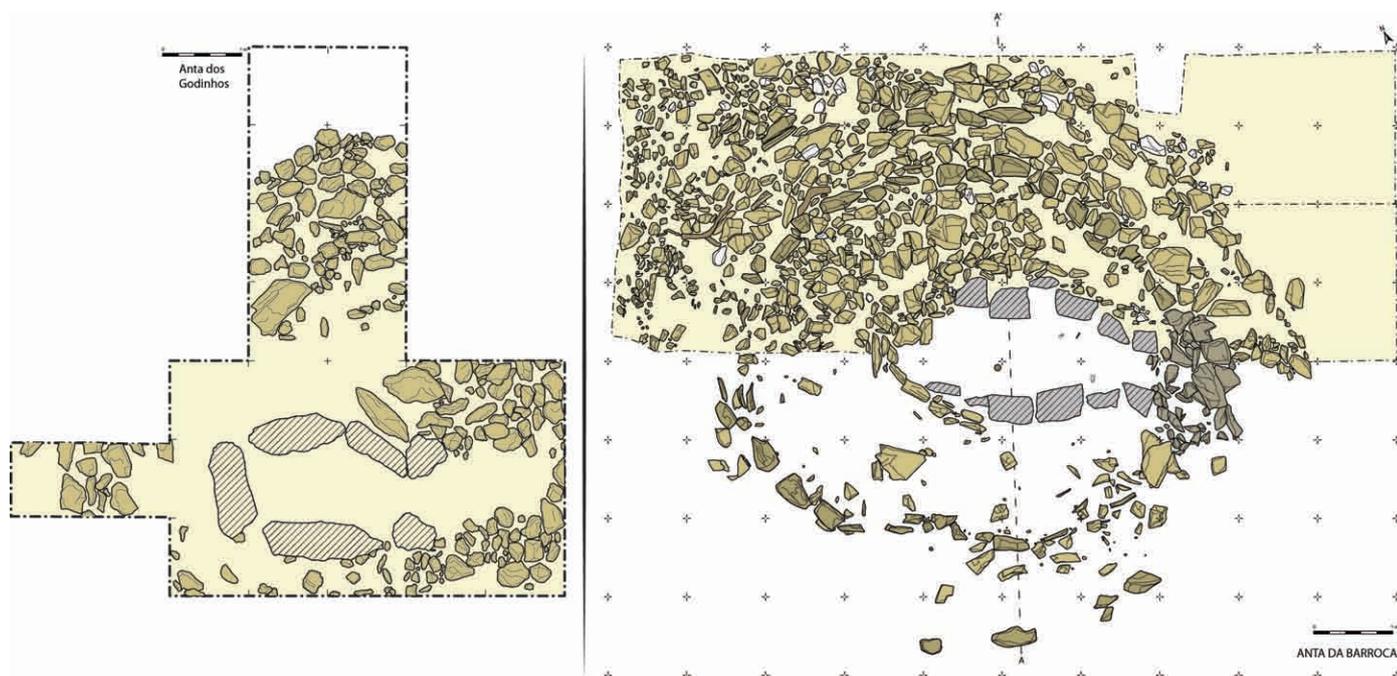


Fig. 15 – Planta das estruturas tumulares e câmara das pequenas antas dos Godinhos e Barroca.

Numa envolvente alargada da aldeia do Freixo (Redondo), no extremo Sul do patamar que antecede a Serra d'Ossa, tem sido possível documentar a presença de um conjunto de sepulcros cuja estrutura tumular é constituída por terras muito escuras, cinzentas, que contrastam claramente com as da envolvente. Nesta medida, a construção da mamoa não resulta de uma mera acumulação da terra da envolvente, mas sim de uma construção deliberada de uma estrutura tumular destacada e contrastante, quer através da sua dimensão, quer através do sentido cromático que se lhe confere. A presença de alguma cerâmica e líticos polidos ou talhados na superfície destas estruturas deixa suspeitar que a terra terá sido proveniente do próprio espaço habitacional ou de uma área de claro sentido grupal (áreas de cultivo mais intenso, a modo de horta ou mesmo locais de agregação temporária). Em geral esta presença surge associada a sepulcros de média dimensão, ou mesmo de algum a raiar já a grande. A sua dispersão não nos é ainda claramente inteligível, dada a sua aparente dispersão por diversos *clusters* de sepulcros, sem que possamos assinalar um qualquer padrão, se é que o houve. Assim, este tipo de mamoa surge em sepulcros aparentemente isolados (v. Fig. 3), como a Anta da Vidigueira (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009), em sepulcros num grupo relativamente disperso caso da Anta 4 da Quinta do Freixo (Fig. 16), no grupo homónimo, ou na anta 5 das Casas, ou mesmo num grupo pequeno e bastante concentrado como o do Colmeeiro, onde o sepulcro 3 apresenta uma evidente “mamoa negra”, claramente contrastante com o substrato esbranquiçado granítico da envolvente. Este aspecto impõe que realcemos a necessidade de manutenção da limpeza da vegetação na superfície da mamoa e envolvente imediata, por forma realçar o efeito estético cromático que a sua construção deixa entender. Talvez este acontecesse essencialmente em momentos particulares do ano, como as sementeiras, em que os terrenos estão limpos e lavrados, realçando a ligação entre este momento crucial da sobrevivência do grupo e os antepassados. Talvez não seja mero acaso que ainda hoje o culto aos antepassados, marcado pelo dia de finados, coincida em boa medida com o início das sementeiras...



**Fig. 16** – Vista geral da Anta 4 da Quinta do Freixo, com destaque para a cor cinzenta escura da mamoa, contrastante com o castanho avermelhado do solo envolvente.

Com esta valorização das estruturas tumulares, depois de havermos recorrido sobre a construção das estruturas sepulcrais das antas, cremos haver chegado a um momento onde importa problematizar o sentido destas edificações. As antas devem ser entendidas como sepulcros ou verdadeiros monumentos aos antepassados? Este debate, aparentemente banal, assume particular relevância, quanto a nós, pelo revelador que pode ser sobre o entendimento e uso destas construções pelas comunidades passadas. Cremos que a percepção como sepulcro impõe um uso mais restrito associado a momentos específicos de enterramento, enquanto a sua leitura como monumentos determinará o entendimento de um uso não exclusivamente funerário, mas sim simbólico e ritual, de construção identitária e do sentido gregário do grupo, que se deveria reunir aqui para celebrar os seus antepassados e não apenas para os enterrar.

As antas, a par de outros sepulcros, megalíticos ou não, terão sido monumentos funerários cuja edificação e uso materializaria as cosmogonias neolíticas, fortemente arreigadas numa tradição ancestral de interconexão unitária de Terra e Céu, como a abertura a sudeste, ao Sol Nascente, símbolo do Eterno Retorno, demonstra, e ficava já patente nos “velhos” recintos meníricos, com os quais os sepulcros partilham alguns elementos das gramáticas arquitectónicas, dependentes do mesmo princípio cosmológico (CALADO, 2003, p. 363; 2004:). Estes monumentos ajudariam a construir uma Paisagem fortemente identitária assente nos antepassados e nas suas crenças, estando imbuídas, quer na sua edificação, através do princípio cosmológico inerente ao alinhamento fundacional, quer no seu uso contínuo como local de agregação, que em diversos casos já o havia sido antes, como ficou patente em sítios como o monumento de Soto (BUENO, BALBÍN & LINARES, 2019). A estrutura tumular desempenharia neste momento, quer resultasse de um processo único, marcante e diferenciador, quer através de um “*work in progress*” um elemento determinante na selagem dessa união do grupo com o seu território, como fica particularmente patente com o uso de terra alóctona nas “mamoas negras”. Todo o processo de construção, uso e encerramento determinaria a agregação e união do grupo humano nele envolvido, provavelmente mutável ao longo do tempo, gerando um processo identitário agregado ao monumento como um todo, que poderia ir sofrendo transformações, físicas e simbólicas, ao longo do Tempo, sem perder a sua capacidade de marcar e criar uma Paisagem e uma Identidade.

Mesmo após o encerramento, através do bloqueio do corredor, eventualmente decorrente do fim do seu uso funerário, o sepulcro poderia continuar a desempenhar um papel fundamental na construção de uma Paisagem identitária, complementada eventualmente por novos sepulcros. A marca deixada pela presença destes monumentos permanecerá muito além do seu uso sepulcral, quer pela comunidade que neles sepultou os seus antepassados, quer por outras que os vieram a reconhecer como marcas de ancestralidade e identidade com as quais se quiseram associar. Estes monumentos tornam-se espaços de “Memória”, socialmente activos, quer como espaços de enterramento, quer como espaços sacralizados de rememoração dos antepassados, essenciais para o sentido de agregação comunitário. Assim, cremos que os *clusters* de monumentos vão sendo edificados de modo a constituir uma Paisagem fortemente identitária, onde a “Memória” e o sentido de Lugar procuram corporizar a cosmovisão do grupo no território, ajudando a estruturar uma envolvente significativa, quer para o grupo mais próximo e restrito, quer para agregações mais alargadas. Como se mencionou acima, além de *clusters* menores, como o Colmeeiro ou o das Casas, parece ter existido, na aba Sul da Serra d’Ossa, um sentido de Lugar e Memória estruturado em torno de caminhos naturais, delimitando um espaço liminar, marginado pelos antepassados.

As antas terão sido monumentos erguidos para ser eternos, onde o sentido de perenidade se torna indissociável do de Memória, demonstrando-nos grupos com uma forte necessidade identitária de ligação ao Território. Mais que monumentos gregários, em torno dos quais se estruturaria a identidade do grupo, seriam Monumentos de fixação, de construção do sentido de Lugar. Depois da sua edificação, da construção

do espaço funerário à mamoa, e ao putativo *kerb*, nada voltaria a ser igual. Este passaria a ser o Lugar, muitas vezes *where the walk meets the place*.

As antas são, por isso mesmo, monumentos reactivados sucessivamente, mesmo que conheçam momentos pontuais de aparente abandono. Como se viu, em época medieval, mesmo que nem sempre fossem marcadas como na delimitação do concelho de Redondo, seriam incorporadas na Paisagem como marcos de tempos antigos... tal como ainda hoje efectuamos, com a escavação e valorização destes monumentos em “rotas megalíticas”.

É justamente este aspecto que individualiza e distancia os sepulcros de tipo Anta, megalíticos ou não, face às restantes formas de enterramento durante o IV/III milénio a.C.. Deste modo, importa voltar a ler as Antas como uma forma de expressão identitária própria de certas comunidades, ou de certos grupos dentro delas, certamente diferenciadora face a outros rituais e contentores funerários. Perante isto importa retomar o Megalitismo como uma expressão específica das cosmogonias de um determinado grupo, dentro obviamente do conjunto das práticas funerárias do IV/III milénio a.C. do Sul de Portugal.

### **3 – MAIS MEGA, MENOS MEGA... PROTOMEGALITISMO, PARAMEGALITISMO, SUBMEGALITISMO... AS ANTAS E O ARRANQUE DAS PAISAGENS MEGALÍTICAS...**

O tema dos pequenos sepulcros continua a ser um dos mais amplamente debatidos no contexto do Megalitismo europeu, principalmente por se assumir, de há muito, que incorpora o acto seminal do fenómeno tumular neolítico.

A inauguração das paisagens ancestrais que se atribui a estes sepulcros confere-lhe um poder evocativo da afirmação do Neolítico em diversos contextos europeus, constituindo a transição de uma realidade local profundamente enraizada no contexto mesolítico, para um verdadeiro Mundo Novo, de que são os primeiros marcadores. Não é nosso propósito historiar a longa investigação em torno destes pequenos sepulcros, até porque foi recentemente abordada por nós em colaboração (MATALOTO *et al.*, 2015), no entanto, julgamos pertinente tecer ainda algumas observações em torno deste tema.

Desde logo, de há muito que a questão da dimensão destes pequenos sepulcros constituiu uma dificuldade, pelo seu manifesto afastamento da origem etimológica do conceito de Megalitismo, dada a falta, digamos, de mega... Todavia, como se mencionou acima, partilham claramente, toda uma linguagem arquitectónica presente em sepulcros de maiores dimensões na planta, orientação, estrutura tumular, implantação, etc. A reduzida dimensão dos blocos utilizados, que implica um menor esforço gregário assume desde logo uma diferenciação substancial, usualmente entendida como resultante da maior dispersão, dos grupos e do cariz mais familiar que grupal destes sepulcros. No entanto, continua a assumir-se que teriam sido eles a iniciar o sentido gregário e a fundar uma paisagem ancestral.

Este cenário, que de alguma forma acompanhou boa parte do século XX, com base nos trabalhos de Manuel Heleno e no modo como foram influenciando outros investigadores que com ele se cruzaram (LEISNER, 1951; SAVORY, 1969), conheceu um claro reforço no último quarto do século, com as teorias de fundo indigenista, influenciadas pelas novas propostas de C. Renfrew (1976). As propostas evolutivas do Megalitismo do Alentejo litoral avançadas por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva a partir do estudo de pequenos sepulcros como a Palhota (SOARES & SILVA, 1976-77) ou Marco Branco (SILVA & SOARES, 1983) surgiram enquadradas numa perspectiva indigenista de desenvolvimento local/regional do mesmo, associado ao aumento da complexidade social dos grupos neolíticos que os edificaram (ARNAUD, 1977; SILVA, 1987; SOARES & SILVA, 2000).

No entanto, argumentos não muito distintos, de fundo economicista, como os subjacentes à visão anterior, foram utilizados por outros autores em sentido oposto (BUENO, 1994; OLIVEIRA, 1998). Estas leituras contra um certo evolucionismo linear foram tendo sempre como pano de fundo o polimorfismo estrutural, que conheceu no território nacional maior aceitação a Norte, na escola do Porto (JORGE, 1986), justamente onde a influência do trabalho de Manuel Heleno menos se fez sentir.

Os trabalhos de Primitiva Bueno, e na esteira deles, de J. Oliveira, têm vindo a entender as pequenas sepulturas como mimetizações reduzidas das anteriores (BUENO, 1994; BUENO, BARROSO & BALBÍN, 2004), edificadas por grupos menos complexos socialmente. Uma boa conhecedora do Megalitismo alentejano, P. Kalb, expressou-se igualmente neste sentido (1989), deixando entender a satelitização dos grandes sepulcros por outros menores em momento tardio, leitura que viria a ser igualmente aplicada por R. Parreira na sua teoria da “necropolização” em torno do conjunto megalítico do Crato (PARREIRA, 1996).

A investigação sobre a região imediatamente a Norte, a Beira Interior, tem apresentado um conjunto de dados que tem vindo a favorecer uma leitura de desenvolvimento arquitectónico linear, baseado essencialmente nos espólios recolhidos (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 2003) sem, todavia, deixar de assinalar o renascimento e coexistência tardio de pequenos sepulcros de arquitectura simples (CARDOSO, 2020).

Como em trabalho precedente afirmámos, expressões como “protomegalitismo” introduziram demasiado “ruído” no discurso arqueológico ao estarem já demasiado conectadas com uma leitura cronológica dos pequenos sepulcros ou mesmo com uma determinada perspectiva social, muito mais abrangente que o simples porte dos sepulcros (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 177). Outras expressões como paramegalitismo ou submegalitismo, ainda que pouco utilizadas (SOARES & SILVA, 2000; CALADO, 2003; 2004) são em nosso entender mais articuladas com a informação de que dispomos, mesmo que não consigam responder cabalmente à problemática inerente aos sepulcros de pequeno porte. Deste modo, continuamos a assumir que a expressão de pequenas antas ou pequenos monumentos é, na sua ambiguidade, mas dentro do padrão métrico acima mencionado (1,5m de diâmetro transversal da câmara), a melhor designação para estas entidades. Não cremos que a segmentação desta realidade em antas para as que apresentem corredor, como a Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994), e sepulturas para as que o não apresentem, como os Godinhos ou a Barroca (MATALOTO *et al.*, 2015), traga vantagens substanciais, até pelas dificuldades de partida para sepulcros não escavados, ou com biografias complexas como o de Rabuje 5 (MATALOTO *et al.*, 2015).

As pequenas antas têm sido, como referimos acima, geralmente aceites como os mais antigos sepulcros, atribuindo-se, em todo o contexto europeu (SHERRATT, 1990; SCARRE, 1992; THOMAS, 1996), um cariz fundacional à sua edificação. Estes sepulcros constituiriam o início da construção das Paisagens ancestrais, resultantes da maior fixação dos grupos neolíticos a um dado território, marcado agora pelos antepassados. Como enunciava J. Thomas (1996, p. 131) estes sepulcros constituíram uma componente essencial do processo de *becoming Neolithic*, pela sua fixação dos antepassados num território monumentalizado. De certo modo, esta leitura surge na sequência de um entendimento semelhante pela investigação indigenista dos anos 70 e 80, para a qual os primeiros sepulcros constituíam os primeiros indicadores da complexificação social e económica, reflexo justamente da maior fixação dos grupos, dada a sua maior capacidade produtiva, justamente derivada da intensificação neolítica (RENFREW, 1976; ARNAUD, 1977; SILVA & SOARES, 1983).

As alterações que o estudo do Neolítico da região de Évora sofreu no último quarto de século transformou substancialmente a percepção sobre o início do processo megalítico em toda a região (CALADO, 2004; DINIZ, 2007; GONÇALVES, SOUSA & MARCHAND, 2013). Por um lado a emergência na região de importantes grupos humanos em uma fase antiga do Neolítico, sobre um substrato que não era aparentemente o vazio que usualmente se supunha, por outro a aceitação da adscrição dos grandes menires e cromeleques a essa mesma

fase (GOMES, 1994; CALADO, 2004) altera totalmente a perspectiva sobre a emergência do Megalitismo alentejano. Efectivamente parecem ser os grandes menires e cromeleques que representam a emergência da nova paisagem neolítica, desempenhando um papel fulcral no processo de *becoming neolithic*. A erecção destes monumentos representa, aparentemente, o primeiro grande gesto criador da paisagem neolítica no território alentejano, assumindo o propósito que há muito se vinha associando aos pequenos sepulcros. Manuel Calado propôs uma contemporaneidade parcial entre a erecção dos menires e a emergência dos pequenos sepulcros, através da transferência da veneração ritual dos antepassados transfigurados nos menires para a edificação do novo espaço sepulcral (CALADO, 2003, p. 366; CALADO, 2004, p. 262). Todavia, mesmo aceitando a segmentação e dispersão dos grupos por um território mais amplo após um cenário de crise grupal, identitária ou produtiva, como o fez este autor, cremos haver uma transformação demasiado profunda entre a obtenção e erecção dos grandes menires e a emergência dos pequenos sepulcros. É possível de ter ocorrido um processo de *devolution* ou *involução* (HANSEN, 2012), no qual a estruturação social dos grupos neolíticos tenha conhecido um processo regressivo durante boa parte do Vº milénio a.C. Deste fenómeno resultaria uma menor capacidade de mobilização grupal e uma arquitectura de menor aparato, mas de maior afinidade e identidade para os pequenos grupos, talvez essencialmente de cariz familiar. Após esta crise de crescimento, como M. Calado a apelidou (CALADO, 2004, p. 262), decorrente da plena integração na economia neolítica, a emergência das pequenas antas permitiria a fixação de uma paisagem onde os antepassados mais directos tivessem um papel fulcral na estruturação espacial do grupo, progredindo-se depois, já ao longo do IVº milénio a.C., para cenários mais complexos, quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista social. Esta leitura ajudaria a compreender o processo de desinvestimento nas arquitecturas sociais após um primeiro impacto de profunda transformação decorrente da presença das primeiras populações neolíticas, materializado na erecção dos grandes menires. Os diferentes estudos genéticos que têm vindo a ser apresentados para o contexto europeu parecem, de algum modo, reforçar esta imagem de transformação durante o Neolítico Médio, com reforço de uma componente genética de aparente origem europeia pré-neolítica, mas não local, que se irá entrecruzar com os primeiros grupos verdadeiramente neolíticos (HAAK *et al.*, 2015; OLALDE *et al.*, 2015, p. 5). Talvez a emergência do Megalitismo funerário europeu, em particular na fachada atlântica, possa constituir um dos indicadores desta deslocação de populações durante o Neolítico Médio, coincidente com a dita crise de crescimento assinalada por Manuel Calado (2004, p. 262).

O modo como este processo terá decorrido nos distintos territórios é ainda bastante complexo de apurar. Assim, cremos que tal como apontado, a emergência do Megalitismo funerário terá sido “um movimento lento, de capilaridade” (CALADO, 2004, p. 262), difundido eventualmente pela chegada de nova gente, que procura enraizar-se, criar uma nova paisagem ancestral com a qual se possa identificar e fixar, com os seus mortos inscritos no território. O Megalitismo, neste caso funerário, terá representado, uma vez mais, o elemento agregador da comunidade para a construção de uma nova identidade. Contudo, resta saber, cremos, se a emergência deste novo processo identitário resulta efectivamente de um processo de regressão, ou *devolution*, das primeiras sociedades neolíticas após um pico ocorrido durante a sua fase mais antiga, como o poderia indiciar a aceitação de um processo, mesmo que complexo, de evolução multilinear das estruturas funerárias megalíticas a partir das pequenas antas; ou se, ao invés do mais usualmente aceite, a emergência dos grandes sepulcros desde um momento antigo do Megalitismo funerário representasse um processo social de alguma complexidade e continuidade face ao momento anterior, onde quer as “social skills”, quer “technical skills” se haviam desenvolvido e consolidado localmente.

Na aba Sul da Serra d’Ossa as pequenas antas, como Godinhos, Chãs ou Barroca localizam-se num território marginal face às áreas de maior concentração de sepulcros de planta poligonal e maior porte, erguidas

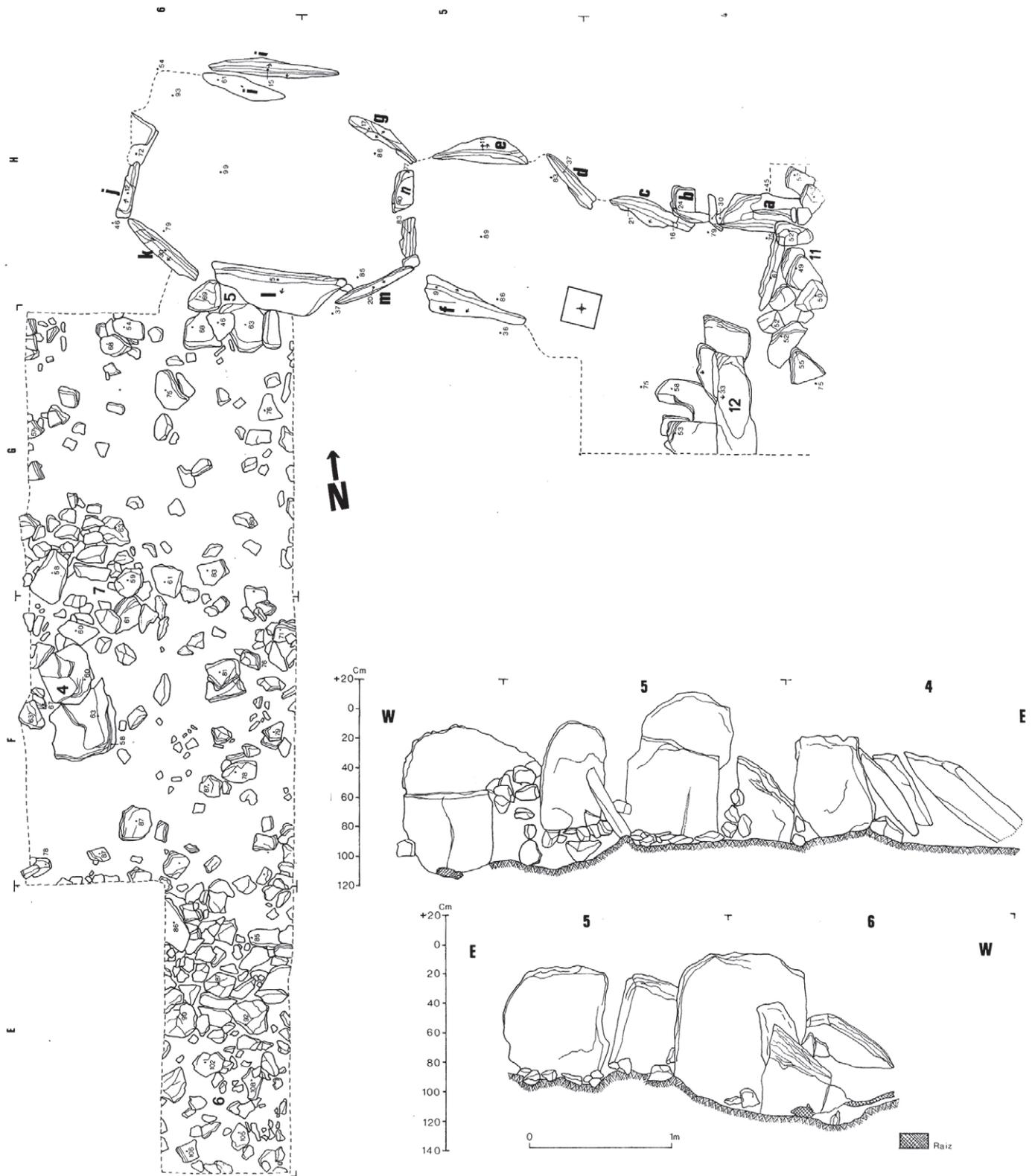


Fig. 17 - Planta e alçados da anta 1 do Lucas, Alandroal (seg. Calado, 1993).

na margem da planície, junto do patamar que antecede as mais altas elevações. De facto, parece existir aqui uma segregação espacial entre os sepulcros de maior porte, que se agregam por vezes em *clusters* inferiores à dezena, e as pequenas antas que surgem isoladas. Todavia, não muito longe, imediato à margem Nascente da serra, adjacente à Ribeira do Lucéfécit, documentou-se o importante *cluster* das antas do Lucas, com mais de uma dezena de sepulcros de porte diverso (Fig. 3). A maioria dos elementos do conjunto é de pequena dimensão, como a Anta 1 (CALADO, 1994) (v. Fig. 17), estando disperso em torno de antas de maior porte, como a Anta 6 (ROCHA, 2007) ou principalmente a Anta 4 (Fig. 18), deixando entender um sentido de “necropolização” marcado pela diversidade de porte. Mais a Norte, em Monforte, este mesmo processo é bastante mais evidente em necrópoles como Rabuje (BOAVENTURA, 2006, p. 65) ou especialmente Lacrau, onde os pequenos sepulcros 2 e 3 se implantam imediatos ao grande túmulo de Lacrau 1 (Fig. 19). Ambas necrópoles parecem acompanhar, pelo menos no que ao porte diz respeito, a tendência também verificada na região do Crato (PARREIRA, 1996) sublinhando, eventualmente, uma tendência regional, menos evidente mais a Sul, quer olhemos para os casos da margem Sul da Serra d’Ossa, quer olhemos para a região de Reguengos de Monsaraz (LEISNER, 1951; GONÇALVES, 1992, 2013).

Neste sentido, se é certo que os dados artefactuais coligidos tanto na margem Sul da Serra d’Ossa como na região de Monforte parecem, como usual, remeter estes pequenos sepulcros para cronologias recuadas do Megalitismo (MATALOTO *et al.*, 2015), é também verdade que a ampliação do conjunto de datas coligidas tem vindo a alargar a base documental sobre o uso de sepulcros de média e grande dimensão para cronologias semelhantes às mais recuadas conhecidas nas pequenas antas.

Não vemos motivos para assumirmos uma posição distinta da que outros autores têm vindo a assinalar para a emergência da tradição de enterramento colectivo em cronologias anteriores ao início do segundo quartel do IV milénio a.C., quer seja em grutas naturais, hipogeus ou em antas (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011, p. 170; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 98; CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 50). Assim sendo, cremos ser absolutamente claro termos que admitir que do ponto de vista do uso funerário, e com datações indubitavelmente associadas a tais presenças, é hoje impossível distinguir cronologica-



Fig. 18 – Planta da anta 4 do Lucas, Alandroal, antes da escavação (seg. Calado, 1993); vista geral durante os trabalhos desenvolvidos em colaboração com Conceição Roque.



Fig. 19 – Vista da pequena anta do Lacrau 3 em primeiro plano, com a mamoá de Lacrau 1 ao fundo.

mente as fases mais antigas de utilização de médias e grandes antas face às pequenas. A escassez de datações disponíveis pode deixar algum grau de incerteza, mas essa recairá sempre sobre a putativa maior antiguidade das pequenas antas, para as quais não foi possível, até hoje, documentar de modo cabal qualquer utilização funerária que sustente as velhas propostas que remetem o início do Megalitismo funerário para dentro do Vº milénio a.C.. Se a isto acrescentarmos o facto de não podermos recuar o arranque do ritual de enterramento colectivo para momentos anteriores aos primeiros séculos do IV milénio a.C., ou 3800 a.C. como propõem Carvalho e Cardoso (2015, p. 50), então passa a haver uma margem de tempo muito curta para assumirmos qualquer perspectiva evolutiva linear do Megalitismo, mesmo que matizada por evoluções arquitectónicas paralelas, transladações ou reusos. É certo que se pode sempre assumir que, dada a escassez de datações, especialmente para as pequenas antas, se tratam de sepulcros com usos mais tardios que não correspondem à fase inicial do Megalitismo, apesar dos espólios e arquitectura de perfil marcadamente arcaico, como no caso da Anta do Cabeço da Areia (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), tido desde sempre como exemplo expressivo das antas mais antigas (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46). No mesmo sentido parecem apontar os dados da pequena Anta da Sobreira 1, na qual se registou um enterramento de cronologia semelhante, apesar do espólio apresentar um espectro mais amplo (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75). Ora se assim tem acontecido para os sepulcros pequenos, com putativas cronologias “tardias” dentro dos esquemas tradicionais de leitura do Megalitismo, já para os sepulcros de maiores dimensões algumas das datações obtidas parecem estar a fazer recuar a cronologia esperada para as mesmas, com base na sua arquitectura. Para além dos exemplos da península de Lisboa, devidamente valorizados por R. Boaventura (2009), onde pontuam as datações “arcaizantes” de antas como o Carrascal ou Pedras Grandes, com cronologias obtidas de meados/inícios da segunda metade do IV milénio a.C., também no Alentejo e Beira Litoral começam a surgir casos

semelhantes. No território alentejano assume particular interesse o caso da Anta 4<sup>a</sup> da Cabeceira (Mora), de porte médio, apesar de muito destruída, para a qual se obtiveram 3 datas muito coerentes, atribuídas a 3 indivíduos distintos, que colocam o seu uso funerário em meados do 4<sup>o</sup> milénio a.C. (CARVALHO & ROCHA, 2015, p. 57), transformando-a na anta com uso funerário colectivo mais antigo conhecido. No mesmo sentido aponta a data obtida para a Anta da Pedra Branca, um sepulcro de grande dimensão, uma vez mais com pelo menos um enterramento de meados/terceiro quartel do IV milénio a.C. (SOARES, 2010). Mais recentemente foi dada a conhecer uma data que não apenas vem reforçar esta proposta, como eventualmente desafiar novas leituras, ou reforçar algumas mais velhas. Estamos a falar da datação obtida sobre osso humano não queimado recolhido aquando da escavação da Anta do Cabeço dos Moinhos, por António Santos Rocha: Beta-383084 – 4960±30 BP: 3793-3659 cal BC 2σ (BETTENCOURT *et al.*, 2020). Do mesmo sepulcro foram obtidas duas outras datações, uma sobre ossos cremados e outra sobre um artefacto de osso, que demonstram a utilização do mesmo no final do IV milénio a.C. e durante a primeira metade do seguinte. A aceitarmos a datação mais antiga estaríamos perante uma anta de câmara poligonal e corredor (CRUZ *et al.*, 2014), de porte médio a grande, que dataria de uma cronologia sincrónica ao arranque proposto do ritual funerário colectivo, contrariando uma vez mais o modelo evolutivo linear do Megalitismo do Ocidente peninsular. Todavia, provindo de escavações antigas de um sepulcro já bastante arruinado e com uma biografia muito longa (CRUZ *et al.*, 2014; BETTENCOURT *et al.*, 2020) será conveniente assumir alguma prudência, na justa medida em que o mesmo poderá traduzir uma outra realidade que não a megalítica. Efectivamente, a presença de núcleos e lascas, para além de trapézios e um triângulo, mas igualmente de um machado de fibrolite, pode estar a apontar para a existência de uma ocupação anterior, ainda do Neolítico Médio, fortemente marcada pelas realidades anteriores. A esta putativa ocupação deveriam estar associados espaços de enterramento em fossa, tal como foi possível identificar em Castelo Belinho (GOMES, 2012) ou Campo de Hóckey, sendo que neste último não apenas se documentaram enterramentos individuais em fossa, com estrutura lítica, datados dos inícios do IV milénio a.C., como igualmente estão bem documentados os machados em fibrolite (VIJANDE VILA, 2009). De algum modo, as observações efectuadas por Santos Rocha poderiam apontar nesse sentido “...o que nos fez pensar que o monumento seria vasto e complicado, tendo talvez diversas galerias ou câmaras” (ROCHA, 1949, p. 14; apud CRUZ *et al.*, 2014). Afigura-se nos bastante plausível que a descrição, de um monumento já arruinado, que se sobrepusesse a um espaço funerário anterior, deixaria exactamente esta imagem. E numa região onde as ocupações de uma fase antiga do Neolítico são de há muito conhecidas (VILAÇA, 1988; CARVALHO, 2007, p. 538), tal não é de todo improvável.

Os dados da anta de Areita, na região de Viseu (GOMES *et al.* 1998), parecem apontar no mesmo sentido, na justa medida em que as datações mais antigas disponíveis, parcialmente dentro do V milénio a.C., quer sobre ossos humanos, quer sobre elementos vegetais, impõem grandes reservas e cautelas (BOAVENTURA, 2009, p. 360), podendo remeter também para uma ocupação prévia, como a presença de troncos carbonizados e cinzas deixa subentender.

Um exemplo expressivo desta situação poderá ser justamente o dólmen de Azután, sob o qual se documentou uma ocupação neolítica, à qual devem estar associados os vestígios de enterramentos datados do V milénio a.C. e dos inícios do seguinte (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005, p. 117). Aliás, esta situação começa a ganhar traços de alguma recorrência que importava indagar com mais profundidade, como aconteceu recentemente no impressionante sepulcro de Soto (BUENO, BALBÍN & LINARES, 2019), permitindo toda uma nova percepção do conjunto.

No território alentejano a implantação de sepulcros sobre antigas áreas de agregação, habitacionais ou rituais, tem vindo a ser documentada com alguma frequência, como foi possível registar sob as antas 2 e 3 de

Vale Rodrigo (ARMBRUSTER, 2007; 2010) ou, mais recentemente, e num sepulcro bastante mais discreto, na anta 1 da Hortinha, em Évora (ROCHA, 2015, p. 224). Na região da Serra d'Ossa apenas foi documentada uma situação onde tal parece ter ocorrido, ainda que não tenha existido um inquérito sistemático aos espaços tumulares. A intervenção na anta das Dessouras permitiu verificar a existência de uma estrutura negativa sob a estrutura tumular, na área traseira do esteio de cabeceira. Todavia, ao não ter sido intervencionada por completo, os dados são escassos e pouco esclarecedores.

Creemos que esta sobreposição dos espaços sepulcrais, de grande ou pequena dimensão, a antigos espaços de agregação, seja qual for a sua natureza, não deverá ser meramente casuística, podendo estar ligada a uma percepção de território, ou a uma qualquer noção real ou mítica de sentido de pertença, posteriormente materializada nos sepulcros ou monumentos aos antepassados.

Esta conexão vem reforçar o sentido identitário desenvolvido em torno da emergência do Megalitismo, como nova forma de materialização da ligação com um território ancestral, por vezes já marcado por antigos monumentos meníricos ou simples traços de ocupação e antiguidade, em áreas por vezes apenas marcadas por lendas ou velhas toponímias, elementos centrais da criação de paisagens.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. (2013) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 417-426.
- ANDRADE, M. A. (2015) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 2: as placas votivas da «necrópole megalítica» das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. Torres Novas. 2ª série, 27, p. 293-322.
- ANDRADE, M. A. (2016) – Intervenções de Manuel de Mattos Silva no Megalitismo da área de Avis. 1: as antas de São Martinho e Assobiador (Maranhão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 41-62.
- ARMBRUSTER, T. (2007) – Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale de Rodrigo 3. *Vipasca*. Aljustrel. 2ª série, 2, p. 83-94.
- ARMBRUSTER, T. (2010) – Neolithisierung und Megalithik in Portugal in forschungsgeschichtlicher Perspektive und anhand aktueller Daten. In Armbruster, T.; Hegewisch, M. (eds) *Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas*. Studien in honorem Philine Kalb. Verlag Dr. Rudolf Habelt, p. 59-73.
- ARNAUD, J. M. (1977) – O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas. In *Actas III Jornadas Arqueológicas, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol 1, p. 97-112.
- BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L.; SOARES, A. M. & GOMES, S. (2013) – Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches, Beja) entre o IVº e Iº milénios a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 791-827. Edição electrónica.
- BEGUIRISTÁIN GÚRPIDE, M. A. & VÉLAZ CIAURRIZ, D. (1999) Megalitos, paisaje y memoria. Un estado de la cuestión. *Memoria y civilización*, 2, p. 317-327.
- BETTENCOURT, A.; SILVA, A. M.; COSTA, C.; TERESO, S. & CRUZ, C. (2020, np) O dólmen do Cabeço dos Moinhos (Serra da Boa Viagem, Figueira da Foz, Portugal): contributo para o estudo das práticas funerárias pré-históricas do centro de Portugal.

- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 61-74.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. 1, p. 159-190.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Percrutando espólios antigos: a Anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A.; & NUKUSHINA, D (2014-2015) – *Estremoz 7* ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5ª série, 4-5, p. 171-231.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J. & PEREIRA, A. (2014) O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. In *Actas VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p. 53-72.
- BRADLEY, R. (1993) – *Altering the Earth*. Edimburgh: Society of Antiquaries of Scotland. Monograph Series 8.
- BRADLEY, R. (1998) – *The Significance of the Monuments*. London: Routledge.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1989) – Cámaras simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. 1, p. 385-397.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1994) – La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 60, p. 25-104.
- BUENO, P.; BARROSO, R.; BALBÍN, R. (2004) – Construcciones megalíticas avanzadas de la Cuenca Interior del Tajo. El núcleo cacereño. *SPAL*. Sevilla. 13, p. 83-112.
- BUENO, P., BALBÍN, R. & BARROSO, R. (2005) – *El dolmen de Azután (Toledo) Areas de habitación y áreas funerarias en la cuenca interior del Tajo*. UAH. Diputación de Toledo. Monografías 02.
- BUENO, P.; LINARES, J.A.; BALBÍN, R. & BARROSO, R. (ed.) (2019) – *Símbolos de la muerte en la Prehistoria Reciente del sur de Europa. El Dolmen de Soto, Huelva. España*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura: Arqueología Monografías.
- CALADO, M. (1993) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolménica do Lucas (Terena, Alandroal). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d’Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CALADO, M. (2003) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. *Actas do II Colóquio*

- Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p. 351-369.
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CALADO, M. & BAIRINHAS, A. (1994) - O santuário pré-histórico da Horta da Ribeira (Redondo). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 175-178.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do concelho de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970). O Arqueólogo e o Professor Universitário à luz de documentação inédita. *Al-madan*. Almada. II série, 18, p. 131-146.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A.F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L. (2020) – Funerary megalithism in the south of Beira Interior: architectures, spoils and cultural sequences. In BOAVENTURA, R. ; MATALOTO, R. & PEREIRA, A. (eds.), *Megaliths and Geology*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd., p. 25-40.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (2003) – Investigações recentes do megalitismo no sul da Beira Interior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 21, p. 151-207.
- CARVALHO, A. F. (2007) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do maciço calcário estremenho e do Algarve ocidental*. Tese para a obtenção do grau de doutor no ramo de Arqueologia, especialidade de Arqueologia Pré-Histórica. Policopiado.
- CARVALHO, A. F. (2013) – Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 71-85.
- CARVALHO, A. F., ed. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, p. 35-63.
- CARVALHO, A. F. & ROCHA, L. (2016) – Datação directa e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4ª (Mora, Portugal). *digitAR. Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, nº. 3, p. 53-61.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- CRUZ, C.; BETTENCOURT, A.; CALLAPEZ, P.; SILVA, L. & MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2014) – Materiais de construção e materiais líticos nas práticas funerárias neolíticas da serra da Boa Viagem (centro-oeste de Portugal). O caso do monumento megalítico do Cabeço dos Moinhos, Figueira da Foz. In BETTENCOURT, A.; REY, B.; SAMPAIO, H. & SÁ, E. *Corpos e metais na fachada atlântica da Ibéria: do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, p. 9-32.

- DINIZ, M. (2000) – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V. S., (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 105-116.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 48).
- ESPANCA, J. J. R. (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congéneres: dissertação archeologica*. Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- ERIKSEN, P. & ANDERSEN, N. H. (2016) Dolmens without mounds in Denmark. In: LAPORTE, L. & SCARRE, C. (eds.), *The Megalithic Architectures of Europe*. Oxbow Books: Oxford, pp. 79–87.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1952) – O monumento pré-histórico de Lousal (Grândola). *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 33, p. 247-255.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FONTES, J. (2012) – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, L. F.; CARVALHO, P. S.; PERPÉTUO, J. M. & MARRAFA, C. (1998) – O Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu). *Actas do Colóquio “A Pré-História na Beira Interior”* (Tondela, Nov. 1997). Viseu, p. 33-93
- GOMES, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – trabalhos recentes e estado da questão. *Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal”*. Viseu, p. 317-342.
- GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian villages. In DINIZ, M. (ed.), *Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and transregional components*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1857), p. 71-78.
- GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic Funerary Practices in Castelo Belinho’s Village (Western Algarve, Portugal). In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. & CHAMBON, Ph. (eds.), *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2417), p. 113-123.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz: Territórios megalíticos. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2ª série, 4).
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & MARCHAND, G. (2013) – Na margem do grande Rio. Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2ª série, 12).
- GUILAINE, J. (1996) – Proto-mégalthisme, rites funéraires et mobiliers de prestige neolithiques en Méditerranée Occidentale. *Complutum*. Madrid. Extra 6 (1), p. 123-140.
- HAAK W.; LAZARIDIS I.; PATTERSON, N.; ROHLAND, N.; MALLICK S.; LLAMAS, B.; BRANDT, G.; NORDENFELT, S.; HARNEY, E. & STEWARDSON, K. *et al.* (2015) – Massive migration from the steppe was a source for Indo-European languages in Europe. *Nature*, 522, p. 207–211.

- HANSEN, S. (2012) –The Archaeology of Power. In T. Kienlin, A. Zimmermann (Eds.), *Beyond Elites. Alternatives to hierarchical Systems in modelling social formations*. Bonn, p. 213-223.
- HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO (Frei) (1745) – *Crónica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- INÁCIO, N.; OLIVEIRA, M.; FERREIRA, T. & ALEGRE, L. (2013) – A valorização do Património megalítico do Lousal (Grândola). *Arqueologia em Portugal 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, p. 203-209.
- JORGE, V. O. (1983-1984) – Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço. *Portugalia*. Porto. Nova série, 4-5, p. 37-47.
- JORGE, V. O. (1986) – Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Aboboreira. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 86: 3, p. 177-182.
- KALB, Ph. (1989) – O Megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-48.
- KALB, P. (1996) – Megalith-building, stone transport and territorial markers: evidence from Vale de Rodrigo, Évora, south Portugal. *Antiquity* 70, p. 683-685.
- KALB, P. & HÖCK, M. (2011) – Vale de Rodrigo 3. Construction of Chamber and Tumulus. In MEURERS-BALKE, J. & SCHÖN, W. (Hrsg.): *Vergangene Zeiten - LIBER AMICORUM*. Gedenkschrift für Jürgen Hoika. *Archäologische Berichte* 22, p. 87-95.
- LEISNER, G. (1940) - O dólmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo. *Biblos*. Coimbra, 20, p. 23-52
- LEISNER, G. (1949) – *Antas dos arredores de Évora*. Évora: Edições Nazareth (Separata de *A Cidade de Évora*, 15-16, 17-18).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *El Guadalperal. Madrider Mitteilungen*. Heidelberg, 1, p. 20-73.
- LEISNER, V. (1966) – Die Verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. Groningen. 12, p. 363-372.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- MARTIÑON-TORRES, M. (2001) – Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 58 (1), p. 95-108.
- MATALOTO, Rui (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 123-140.
- MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi... *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, p. 31-42.

- MATALOTO, R.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2016-2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema... *A Rui Boaventura. Homenagem à sua Memória*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 33-156 (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 23).
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 2, p. 31-77.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13: 1, p. 5-24. MATALOTO, R.; ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; INVERNO, J.; SOARES, R. M.; RODRIGUES, M. & BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- MATALOTO, R. & ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 135-176.
- MONTEAGUDO, L. (1954) – Nombres de túmulos y dólmenes en Galicia y Portugal. *Revista de Filología Española*, 38, p. 100-115.
- MOREIRA, I. & CALADO, J. (2010) - *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*. Redondo: Santa Casa da Misericórdia.
- OLALDE, I.; SCHROEDER, H.; SANDOVAL-VELASCO, M.; VINNER, L.; LOB, I.; RAMIREZ, O.; CIVIT, S.; GARCÍA BORJA, P.; SALAZAR-GARCÍA, D.; TALAMO, S.; FULLOLA, J.; OMS, F.; PEDRO, M.; MARTÍNEZ, P.; SANZ, M.; DAURA, J.; ZILHÃO, J.; MARQUÈS-BONET, T.; GILBERT, M. & LALUEZA-FOX, C. (2015) – A Common Genetic Origin for Early Farmers from Mediterranean Cardial and Central European LBK Cultures. *Molecular Biology and Evolution*, September, p. 1-11.
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- RENFREW, C. (1976) – Megaliths, territories and populations. In DE LAET, S. (coord.) – *Acculturation and continuity in Atlantic Europe mainly during the Neolithic period and the Bronze Age: IV Atlantic Colloquium, Ghent, 1975*. Bruges: De Tempel, p. 198-220.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ROCHA, L. (2007) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 73-93.

- ROCHA, L. (2015) – The funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): The (Re)use of the spaces. In ROCHA, L.; BUENO, P. & BRANCO, G. - *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. BAR International Series 2708, p. 221-230.
- ROCHA, L. & DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ & GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*. València: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.
- SAVORY, H. N. (1969) – *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SCARRE, Ch. (1992) – The Early Neolithic of Western France and Megalithic Origins in Atlantic Europe. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 11 (2), p. 121-154.
- SCARRE, C. (2016) – Accident or design? Chambers, cairns and funerary practices in Neolithic western Europe. In: LAPORTE, L. & SCARRE, C. (eds) *The Megalithic Architectures of Europe*. Oxbow Books: Oxford, p. 69-78.
- SEGOVIA, M. L.; LEGAZ, S. & SEGOVIA, F. (2016) – Análisis estructural de la cúpula de la cámara grande de Montelirio. In FERNÁNDEZ, Á.; GARCIA, L. & DÍAZ-ZORITA, M. (eds), *Montelirio – Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre*. Arqueología-Monografías. Junta de Andalucía, p. 165-172.
- SHERRATT, A. (1990) – The génesis of Megaliths: Monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic North-west Europe. *World Archaeology*. 22 (2), p. 147-167.
- SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). *Actas de la Mesa Redonda EI Megalitismo en Ia Península Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 85-93.
- SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/ Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 63-88.
- SILVA, J. P. (1878) – Novos monumentos megalithicos em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archaeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 2 (6), p. 90-91.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1976-1977) – O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 109-150.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 9/10, p. 37-88.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 117-134.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datações radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- THOMAS, J. (1991) - *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMAS, J. (1996) – *Time, Culture and Identity*. London: Routledge.
- TILLEY, C. (1994) – *A Phenomenology of Landscape. Places, paths and monuments*. Oxford: Berg.
- VALERA, A. C., ed. (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).

- VALERA, A. C., SILVA, A. M., CUNHA, C. & EVANGELISTA, L. S. (2014) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe* (Proceedings of the International Meeting held at the Gulbenkian Foundation, Lisbon, Portugal, November 2012), British Archaeological Reports International Series 2676, Archaeopress, Oxford, p. 37-57.
- VALERA, A. C.; FIGUEIREDO, M.; LOURENÇO, M.; EVANGELISTA, L.; BASÍLIO, A. C. & WOOD, R. (2019) – *O Tholos de Cardim 6. Porto Torrão, Ferreira do Alentejo* (Beja). Era Monográfica 3.
- VALERA, A. C. & FILIPE, V. (2012) - A necrópole de hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 8, p. 29-42.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. (1942) – Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 369-389.
- VIJANDE VILA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Antlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 11, p. 265-284.
- VILAÇA, R. (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (Trabalhos de Arqueologia; 5).